

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO FORMADORA DOS SUJEITOS DO CAMPO

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Antônio Bonamigo

CURITIBA

2008

A todos os amigos, colegas educadores
e ao orientador por seus apoios e paciência.

E nesta ânsia por terra
Há tantos erguendo a mão
Mostrando os calos na palma
Ao perceber que na alma
Ferida não cicatriza
Enquanto o povo precisa
Do nutriente do pão.

As mãos escravizam a terra
Sempre armaram à equação
Resultado da fração
Da terra mal dividida
É um povo sem guarida
Com a negativa mantida
De um pedaço de chão.

(Música Ânsia Por Terra:
Clodoveu-Amiltinho-RS)

RESUMO

Neste trabalho monográfico buscou-se analisar as raízes pedagógicas contidas na organização social, na cooperação, nas relações de produção e na luta por educação de qualidade que atenda aos interesses dos filhos e filhas dos camponeses. Também se buscou o entendimento de como se dá a construção dos sujeitos do campo e o porquê da denominação sem-terra ter se transformado em identidade. A Escola Básica Municipal 25 de Maio, no município de Abelardo Luz, localiza-se dentro da maior área de assentamento de todo o Estado de Santa Catarina. Esta condição, associada ao fato do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) estar buscando implantar uma pedagogia específica em suas áreas de atuação confere um compromisso maior a essa escola de estar fazendo a diferença no que se refere à implantação de uma educação de qualidade que interfira positivamente sobre a realidade na qual está inserida. Porém, as influências externas e algumas limitações internas interferem no modo como se está construindo essa educação, dificultando a implantação e disseminação de uma pedagogia específica do MST e dos camponeses. A partir das várias dimensões formativas dos camponeses assentados, buscou-se entender como eles são influenciados positiva ou negativamente pelos vários modelos de produção e pelos valores propostos pelos mais variados setores da sociedade. Nesse âmbito, entram os interesses capitalistas que predominam sobre quase toda a sociedade, mas também entram os interesses das organizações populares que buscam acabar com problemas sociais que excluem e rebaixam o ser humano conforme melhor convém aos valores individualistas do mercado. Dedicou-se, em especial, a analisar-se a Educação do Campo e sua viabilidade de aplicação dentro das escolas dos assentamentos e os empecilhos para sua efetivação. Relembrou-se que o objetivo inicial do MST é a terra, mas que ela é somente o ponto de partida. O processo de conquistas deve continuar ao buscarem-se condições dignas de vida com educação, saúde, moradia, estradas, lazer, etc. Sendo que tudo isso deve estar intrinsecamente ligado à preservação da terra e dos valores camponeses de solidariedade e cooperação. Com a realização do trabalho monográfico pretende-se não somente analisar, mas provocar os sujeitos da pesquisa para que se sintam responsáveis pelo futuro dos filhos e filhas dos camponeses. Há a necessidade de se estar formando um coletivo de educação responsável que assuma a missão de desenvolver a formação dos educandos dentro dos interesses e valores camponeses, fortalecendo a resistência contra os avanços dos valores capitalistas. Mas não basta somente a organização interna dos assentados e do MST. Há a necessidade de se estar efetivando o direito e o dever de se dar acesso aos assentados a uma educação voltada aos seus interesses através da conquista de políticas públicas que garantam a aplicação da Educação do Campo e da autonomia das escolas para atuarem conforme a realidade camponesa exigir. Mas isso não é uma tarefa simples, pois se vai de encontro a outras ideologias dominantes da sociedade que se acharão prejudicadas se forem transformados os valores camponeses e os modos de produção vigentes em nossa sociedade.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	6
1.	MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA E POR EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, EM ABELARDO LUZ, SANTA CATARINA.....	9
1.1	QUE EDUCAÇÃO É COM QUE OBJETIVOS?.....	9
1.2	O MST E SEUS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS.....	11
1.3	FORMAÇÃO PARA A POLÍTICA E PARA O TRABALHO.....	15
1.4	EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA.....	16
1.5	O PROCESSO ORGANIZATIVO.....	17
1.6	A IDENTIDADE SEM TERRA.....	18
1.7	EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO.....	23
1.8	O MST NO OESTE CATARINENSE.....	26
2.	O TRABALHO COMO PRÁTICA SOCIAL EDUCADORA.....	33
2.1	A ALIENAÇÃO.....	37
2.2	A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO COMO FORÇA PRODUTIVA.....	41
2.3	AS COOPERATIVAS.....	44
2.4	A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO.....	52
3	O PROCESSO EDUCATIVO NO MST.....	54
3.1	O MST E OS VALORES CAMPONESES.....	56
3.2	ESCOLA E FORMAÇÃO HUMANA.....	58
4.	O PROCESSO EDUCACIONAL DENTRO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO.....	61
4.1	O PPP DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO.....	64
4.2	ANÁLISE DA REALIDADE DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO FEITA POR SEUS PRINCIPAIS SUJEITOS: EDUCADORES, EDUCANDOS E DIREÇÃO DA ESCOLA.....	68
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
	ANEXOS.....	77

INTRODUÇÃO

Ao ser apresentado este trabalho monográfico, salienta-se que ele não é nem o princípio e nem o fim de um objeto de estudo. Os temas aqui retratados são resultantes de análises, pesquisas e interesses de muitos sujeitos que já buscaram o entendimento sobre as múltiplas facetas do campo e também de outros que buscarão entender suas realidades específicas. O que este trabalho apresenta é superficial se comparado a todas as possibilidades de aprendizado que podem surgir dentro deste mesmo tema.

Ao se analisar a realidade do Assentamento 25 de Maio e de sua escola de Ensino Fundamental, buscou-se compreender alguns pontos em especial: compreender o conceito de identidade camponesa; averiguar quais as influências que interferem na formação dos sujeitos do campo; identificar qual é o real modelo de camponeses almejado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para os assentamentos e as escolas dos assentamentos e que modelo está realmente sendo colocado em prática; perceber as heranças sócio-históricas como construtoras dos sujeitos do campo; analisar como os educadores interferem na formação dos filhos e filhas dos camponeses; entender quais valores familiares os educandos herdam que são fundamentais para a formação; perceber quais as perspectivas que os educandos têm referentes aos objetivos da existência da instituição escolar; entender a visão do que é educação camponesa, tida pelos educadores da Escola Básica municipal 25 de Maio. Caldart diz que “estamos em tempos de novas sensibilidades em relação à pedagogia e a formação de valores e humanização por que está em perigo o futuro da humanidade.” (CALDART, 2004, p. 17) E esse deve ser um dos principais motivos por se estar em busca de uma educação transformadora.

A Escola Básica Municipal 25 de Maio, de Abelardo Luz, Santa Catarina, é resultado de um longo processo organizativo colocado em prática no dia 25 de maio de 1985, quando mais de 1500 famílias Sem Terra oriundas de vários municípios do Oeste Catarinense fizeram uma grande ocupação no município de Abelardo Luz. A partir da conquista da terra, organizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), percebeu-se que entre as principais prioridades a se conquistar

estaria a educação. Mas não qualquer educação. Ansiava-se por educação para a emancipação humana, com qualidade e geradora de consciência crítica.

Pensa-se que a educação, dentro da necessidade dela partir da realidade do educando, deve ter papel fundamental para ajudar na preservação das raízes culturais de cada sociedade específica. O camponês, em especial o assentado, muitas vezes acaba negando inconscientemente sua própria condição de homem do campo, vendo-se como inferior, ao invés de diferente do homem urbano, negando, assim, sua identidade (se identificar com, pertencente a algo) camponesa com todos os valores e particularidades que o identificam, assumindo outra em seu lugar.

Essa mudança provém das suas limitações sociais, econômicas e educacionais, que negam o acesso ao padrão de vida que permitem usufruir dos confortos propostos pela sociedade capitalista consumista. Principalmente no caso da juventude camponesa (nesse caso pertencentes a assentamentos do MST), a cidade fascina, apresenta mais alternativas e opções de conforto do que a vida de trabalho duro nas pequenas propriedades de seus familiares.

O MST, com sua pedagogia diferenciada, busca a implantação de uma educação que identifique o camponês como filho da terra e que ele tenha com ela uma estreita ligação de lutas, conquistas, vida saudável, valores diferenciados e amor. Acredita-se que dentro dessa educação está o germe para a transformação em toda a sociedade. "O MST questiona as estruturas sociais e a cultura que as legitima, interrogando a sociedade. O MST é um sujeito educativo." (CALDART, 2004, p. 10)

Com o distanciamento temporal do período de acampamento, é comum muitos terem enfraquecidas suas lembranças, memórias de tudo o que se precisou superar para se atingir o atual patamar de vida. Por isso, se questiona se o atual camponês está sendo coerente com suas raízes e mantendo aqueles valores tão essenciais para se garantir a coletividade e atingir qualidade de vida, em equilíbrio com a natureza, tendo uma vivência saudável com desenvolvimento humano. Caldart questiona alguns pontos fundamentais que serão destacados mais adiante: "Quem educa o povo? Quem guarda sua memória? Quem são seus mestres? Como se transmitem de uma geração a outra os segredos de sua sabedoria? Que redes educativas existem no campo?" (CALDART, 2004, p. 14)

Existe no Brasil uma garantia legal para que áreas indígenas, áreas quilombolas, assentamentos e outros grupos sociais com histórias próprias diferenciadas tenham suas pedagogias específicas que lhes garantam a preservação de seus valores, tradições, línguas, lutas e ideais ligados às suas realidades. E, na Escola Básica Municipal 25 de Maio, também se busca a aplicação dessa educação diferenciada. Porém, dentro de uma realidade onde prevalece a globalização dos valores capitalistas consumistas e cada um é valorizado somente por sua capacidade de gerar riquezas, torna-se difícil formar valores que combatam a soberania do capital.

O modelo de educação proposto pelo MST tem entre suas principais propostas a preservação da identidade camponesa dos Sem Terra, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária com o fim da luta de classes, a criação de uma consciência crítica capaz de analisar e compreender em que alicerces se fundamenta nossa sociedade, a luta constante para se garantir o direito dos assentados terem vida digna, e fazer constantemente a memória da história do assentamento para se reforçar a identidade dos educandos como filhos e filhas da terra que devem lutar por sua preservação. Esses são só alguns dos princípios educacionais do MST, mas que já dão uma base de que tipo de indivíduos pretende-se formar. Caldart afirma que “a pedagogia tem como origem interpretar os processos de formação humana. Toda pedagogia é humanista. E toda formação de sujeitos coletivos é inseparável do movimento social que eles criam.” (CALDART, 2004, p. 12)

Porém, já passados mais de vinte anos da ocupação e de se obterem muitas conquistas, supõe-se que o entusiasmo pelo processo de luta por melhorias, dentro de uma construção coletiva, perdeu-se ao menos em parte. Por esse motivo, pretende-se analisar a prática educacional e os métodos utilizados dentro da Escola Básica Municipal 25 de Maio para compreender se ainda se mantêm os princípios originais de construir e reforçar uma identidade camponesa ou se a educação ali aplicada acomodou-se dentro dos padrões estabelecidos pelo atual sistema vigente que, no início, era fortemente combatido (ao menos em teoria) pelos assentados e pelas escolas do assentamento. Busca-se, assim, o entendimento de como ocorre o processo de formação dos sujeitos do campo tendo como principal educador a organização social e a luta coletiva pela terra e por qualidade de vida.

1. MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA E POR EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, EM ABELARDO LUZ, SANTA CATARINA

1.1 QUE EDUCAÇÃO E COM QUE OBJETIVOS?

A Universidade Federal do Paraná, através do Setor de Educação, em parceria com vários municípios e movimentos sociais, partindo da necessidade de se desenvolver uma educação voltada à realidade do campo, criou um Curso de Especialização em Educação do Campo.

Entre as definições do curso estão: uma análise global, nacional e regional profunda da realidade social econômica, educacional e cultural do camponês, a criação de materiais para a Educação do Campo; capacitação de profissionais ligados às necessidades da Educação do Campo; o desenvolvimento de projetos de pesquisa e monografia pelos educandos aprofundando os mais variados temas relacionados à realidade camponesa e os dilemas referentes aos métodos educacionais a eles oferecidos.

Dentre os temas defendidos, este foi pensado e teorizado por se perceber dilemas, crises existenciais de alguns valores e riquezas culturais do campo devido à generalização e proliferação de valores urbanos que, muitas vezes, não passam de uma ilusão atraente do modo de vida do consumismo burguês. Assim, muitos camponeses, acreditando encontrar maiores oportunidades e facilidades para suas vidas, acabam deixando para trás toda uma vivência mais ligada à natureza e aos valores da terra. Almeja-se demonstrar a riqueza, a importância da organização social como formadora dos sujeitos do campo.

Este trabalho buscará analisar como se dá o processo educacional gerado pela vivência social dos assentados e a formação dos sujeitos para que haja a identificação com a realidade camponesa por parte dos alunos dentro e fora da Escola Municipal 25 de Maio, qual a influência exercida (positiva ou negativa) pela educação para a formação e preservação dessa realidade específica.

Vivemos em uma sociedade em que os valores são de individualismo, máximo acúmulo de capital, consumismo, livre concorrência, desinteresse com o

bem estar social e com a preservação ambiental por não ser lucrativo, enfim, valoriza-se o ter e não o ser.

Por causa desses conflitos de valores, podem surgir consciências distorcidas, deslocadas da realidade de convívio, gerando frustrações por se sonhar com uma coisa e se viver outra. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), através da educação, busca um aprendizado dentro da realidade, que tenha a realidade como ponto de partida para se gerar novos conhecimentos e como ponto de chegada para ligar as novas teorias à prática vivenciada. Essa realidade pode ser a de um camponês que passa sua vida no campo, como pode ser a de um camponês que no futuro tenha uma vida urbana. Então essa educação deve ser algo abrangente, que auxilie o educando numa análise profunda das mais diversas realidades sociais, das contradições e das forças que regem cada meio. Uma educação que não só repasse informações, mas que questione e desenvolva o senso crítico, deixando o educando preparado para compreender sem ingenuidade o que cada projeto diferenciado tem a oferecer e quais são as conseqüências por ele exercidas sobre a sociedade. Como afirma Roseli Caldart, em "Pedagogia do Movimento Sem Terra", "a realidade de opressão e a de libertação no campo sempre alimentaram o pensamento e a prática pedagógica progressistas." (CALDART, 2004, p. 15) Se existem contradições práticas e teóricas no campo, que se entenda o porquê delas.

A educação é o processo da formação humana em todas as suas dimensões (social, afetiva, sexual, política, familiar, cultural etc.). Essa formação vai muito além da escola. Ela ocorre através de todo processo histórico de cada indivíduo e de cada sociedade através da vivência e das experiências diárias.

Em sentido amplo, podemos dizer que a educação é um dos processos de formação humana. Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade. Por isso ela está sempre ligada a um determinado projeto político e a uma concepção de mundo. (MST, 1996, p. 5)

Dentro deste trabalho monográfico, busca-se analisar como se dá o processo formativo dos sujeitos sociais do campo tanto na luta pela terra protagonizada através da organização do MST como na luta por educação de qualidade dentro do assentamento 25 de Maio, no município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

Primeiramente há a necessidade de se contextualizar os sujeitos abrangidos pela presente análise.

1.2 O MST E SEUS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

Inicia-se pelo MST, que oficialmente surgiu em 1984, no município de Cascavel, Estado do Paraná. Porém, sua origem deveu-se a um longo processo histórico, iniciado na Antiguidade, quando algumas pessoas passaram a demarcar territórios com intuítos individualistas, se apropriando do que antes era comum a todos. E foi a partir desse momento que surgiu a necessidade de se lutar contra todas as injustiças e desigualdades geradas pela expropriação da terra por parte de alguns e acumulação desmerecida por parte de outros.

Com sua origem, o MST passou a dar continuidade ao trabalho das antigas Ligas Camponesas na luta contra o monopólio da terra exercido pela classe dominante e também na busca por reforma agrária. No período de sua origem, havia a necessidade de organização social por parte dos camponeses, porque o Estatuto da Terra tinha sido ignorado pelo governo militar (1964 a 1985) e a Revolução Verde (política agrária que estimulava a mecanização e a modernização da lavoura) incentivava a agricultura capitalista. As máquinas, as sementes híbridas e os agrotóxicos passaram a gerar uma super produção em grande rapidez, excluindo os camponeses que não tinham como concorrer com aquele sistema.

Parte desses excluídos tomou o rumo do Norte e Centro-Oeste do país, que ainda não havia sido totalmente colonizado, e outra parte (a maioria) dirigiu-se para as grandes cidades em busca de emprego. Porém, até esse projeto de colonização do Centro-Oeste e do Norte do país, criado pelo governo militar, foi corrompido e empresas particulares passaram a se apropriar de grandes lotes de terra, gerando milhares de novos sem-terra. Mesmo muitos dos camponeses que haviam conseguido garantir um pedaço de terra, não conseguiram resistir ao abandono que foram submetidos pela falta de apoio, de assistência técnica, de alimentos e de atendimento médico e acabaram retornando as suas regiões de origem.

A história oficial do MST, apesar de iniciada a partir de 1984, fazia com que anos antes já os Sem Terra, buscando pressionar o governo, começassem a ocupar as terras que não cumpriam com seu fim social com o intuito de buscar a solução para o problema agrário no Brasil. “São famílias do interior que passam a morar debaixo de lonas pretas e a conviver, unidos pelo laço da miséria e da esperança de acabar com ela.” Sem saber ao certo o que fazer, com quem contar, as famílias acampadas vão construindo, pouco a pouco, sua organização e seu movimento.

O MST surgiu dentro de um processo de redemocratização do Brasil abrindo espaço para reivindicações e re-elaboração da Constituição. O MST funciona com os princípios de trabalho, participação, teorias ligadas a práticas, preservação da identidade camponesa, análises e avaliações das práticas, luta por justiça agrária, o coletivismo, formação permanente, amor e respeito à organização do movimento, planejamento, amor ao estudo, vínculo com a base, crítica e autocrítica. Esses princípios exigem dos Sem Terra não somente a presença, mas, sim, a vivência de luta, doação e cooperação, abrindo mão de sua identidade individual, integrando-se à identidade coletiva.

O ponto central de toda luta do MST é a terra. É nela que se construirão vidas, relações, sonhos, educação, moradia e alimentação. Por isso, o ponto de partida para tudo é a terra. Sem sua apropriação não haveria como lutar por outros objetivos de vida.

Dentro do Movimento trabalha-se com o objetivo de construção humana, orientando a vida das pessoas, incluindo ferramentas culturais com uma leitura precisa da realidade em que vivem. Primeiramente, para que se construa uma visão de mundo por parte dos Sem Terra é necessário que as pessoas se percebam como parte do processo histórico, se questionando, organizando e revisando idéias e convicções sobre o mundo, sobre a história, sobre a realidade mais próxima, sobre si mesmos. A visão de mundo deve ser crítica, aprendendo e ensinando a tomar posição diante das questões do seu tempo, reconstruindo seu modo de vida, seus valores, sua educação e suas utopias sociais.

A formação da identidade camponesa é essencial para que o Sem Terra construa a visão que ele tem de si (autoconsciência de quem é e o que é, ou com quem ou com o que se identifica), e para que trabalhe os vínculos das pessoas com identidades coletivas, sociais: identidade de camponês, de trabalhador, de membro

de uma comunidade, de participante de um movimento social, de gênero, de cultura, de povo, de nação.

O autoconhecimento faz o ser ter orgulho de suas identidades pessoais e sociais e clareia os objetivos para a vivência dos sujeitos. Identidades podem ser formadas, construídas e reconstruídas através dos processos sociais.

E é exatamente com o objetivo de construir sujeitos conscientes da necessidade de transformação e com identidade camponesa que lute pela terra que o MST tem desenvolvido dentro de acampamentos e assentamentos um projeto de educação *dos e para* os camponeses. Isso porque a Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos e suas identidades, e luta para que se encontrem se organizem e assumam sua condição de filhos da Terra. "O fazer-se da educação está vinculado ao movimento democrático, ao avanço dos valores e direitos sociais, ao fazer-se de sujeitos humanos. A vinculação entre educação, direitos, cidadania ainda são equacionados prioritariamente pensando na cidade." (CALDART, 2004, p. 9)

Acredita-se que para a Educação do Campo funcione, ela precisa se tornar um projeto educativo que seja incluído nas políticas públicas vinculadas a movimentos sociais. "Um dos objetivos políticos da educação do campo é ajudar na mobilização e organização dos camponeses em movimentos sociais que fortaleçam e identifiquem sua presença coletiva na sociedade, e que seja seu espaço principal de educação para a participação e para as lutas sociais necessárias."

Podem-se pontuar os principais objetivos a serem alcançados:

- A educação deve ajudar a fazer a transformação social;
- Estar ligada aos princípios do MST, aberta ao mundo, caminhando sempre em busca do novo;
- A educação deve estar voltada para o trabalho e a cooperação;
- Estar voltada e ligada às várias dimensões do ser humano como conhecimento, auto-estima, disciplina, participação, etc;
- Desenvolver valores socialistas;
- A educação deve ser entendida como um processo de formação e transformação do ser humano;

- A escola deve integrar a organização e a organicidade do assentamento;
 - Desenvolver o sentimento de pertença ao MST entre estudantes e professores.
- (MST, 1997, p. 21)

A educação se torna fundamental nas escolas de assentamentos porque ela é o início da preparação dos agricultores que lutam e querem preservar a relação com a terra. O acampamento “não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário, a decisão de acampar supõe grande maturidade política, organizacional, coesão, disciplina e, sobretudo, esperança. É a educação a principal formadora desses sujeitos transformadores”. (MST, 2004, p. 12)

Devido à luta por uma Educação do Campo de qualidade é que o tratamento dessa Educação está mudando e sendo reconhecida pelas políticas públicas. Infelizmente, esse reconhecimento é lento e são décadas de atraso a recuperar. A elite dominante da sociedade brasileira insiste em acreditar que o camponês vai se extinguir e, por isso, não é necessário pensar políticas públicas para algo que terá pouca duração. Mas o camponês tem teimado em manter sua identidade e superado a pressão, mantendo-se na terra. No entanto, o abandono a que está submetido e o domínio do agronegócio o expropria cada vez mais não só da terra como também do direito aos serviços sociais essenciais à dignidade humana.

Apesar de alguns avanços nas políticas públicas as dificuldades são cada vez maiores porque o Estado, estando a serviço do agronegócio, tem como desperdício encaminhar recursos para políticas sociais. O próprio sistema capitalista tem seu âmago à indiferença para com os problemas sociais tendo seus interesses somente voltados ao acúmulo cada vez maior do capital.

Mesmo voltando aos primórdios da educação no campo, percebe-se que ela nunca foi justa. Nunca houve historicamente um sistema de educação do meio rural. As primeiras escolas destinavam-se a uma minoria privilegiada e atualmente destina-se a uma maioria abandonada do campo não apresentando profissionais qualificados, nem espaços físicos adequados, nem um currículo adequado ao campo, voltado para a realidade de quem vive no campo.

Pelo fato de nos assentamentos ter ocorrido uma maior luta e exigido empenho e cooperação maior de todos é que deve partir desse espaço a discussão e a luta pela melhora da Educação do Campo; tem-se um ideal de como deve ser

uma escola do MST: ela deve preparar a criança para o trabalho no meio rural; capacitar para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; nela deve-se refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo no assentamento.

A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados; o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; o educador tem que ser militante. A escola deve exercitar a mística da luta popular; nela se devem buscar nova ética e valores como: honestidade, espírito de sacrifício, amor ao estudo e ao trabalho, crítica séria e fraternal, organização pessoal, capacidade de encontrar a felicidade no meio da luta.

Em síntese, pode-se afirmar que a escola almejada para o campo seja aquela que ajude a conhecer a realidade ou realidades. Deve partir daquilo que se pensa, se vive, se faz e se diz. Ela precisa de um currículo que atenda às necessidades de cada realidade. Ele primeiramente deve ter bem claro os objetivos da escola. Tendo os objetivos, deve-se buscar saber o que deve ser feito para atingi-los.

Como resultado, chega-se aos temas geradores que seriam temas, assuntos, questões ou problemas retirados da realidade e que dentro do modelo educacional da escola norteariam quais pensamentos e atitudes devem-se conceber, não se restringindo somente aos conteúdos.

As escolas do MST lutam também para que se preserve a memória e as suas histórias de luta, pois sempre é necessário se relembrar e celebrar suas origens e pelo que lutaram e estão lutando para que não se percam de vista os objetivos iniciais do Movimento e para que se saiba para onde ir. A falta de objetivos claros para se lutar acaba gerando o comodismo e a indiferença diante da luta. Essas memórias a serem preservadas podem ser culturais, artísticas, poéticas, musicais, místicas.

1.3 FORMAÇÃO PARA A POLÍTICA E PARA O TRABALHO

Também a Educação do Campo deve ser política, educando cidadãos que desde cedo compreendam qual é o sentido de viver em sociedade e, especialmente,

tendo a democracia como prática de organização do coletivo. A escola deve ter utilidade prática também ensinando o educando a se conhecer fisicamente, prevenindo doenças, lutando por uma vida saudável, percebendo que saúde vai além da ausência de doenças; reconhecendo a saúde como bem-estar físico, mental, afetivo, social. Nesse sentido, deve enfatizar a importância do trabalho como contribuição na educação:

Educar é preparar pessoas integralmente desenvolvidas, com instintos sociais conscientes e organizadas, possuidores de uma visão de mundo refletida e íntegra, que tenha clara compreensão de tudo que ocorre ao seu redor, na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual como intelectual. (MST, 2004, p. 15)

A corrente pedagógica do MST acredita que o que mais educa as pessoas é a sua ação, a sua prática do dia-a-dia. Fazer é mais educativo do que ouvir sobre o que já está feito. A aprendizagem pela palavra também é importante, mas não basta para educar o tipo de pessoa que se precisa para a transformação da sociedade. Toda a relação prática do ser humano com a natureza ou com a vida social é educativa. Em especial, destacam-se as práticas ligadas ao mundo do trabalho que atingem outras dimensões. Através do trabalho ocorrem processos e ações que transformam a natureza e constroem e reconstroem a vida em sociedade. O trabalho educa formando a consciência das pessoas, produzindo conhecimentos e criando habilidades.

1.4. EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA

O MST possui todo um planejamento de como construir a “escola que queremos”, com objetivos, princípios e até orçamentos. Esse é só o início, mas como se diz: *toda grande caminhada se inicia com o primeiro passo*. Jamais se desistirá do compromisso histórico de “chegar à transformação radical da sociedade restaurando a dignidade humana à maioria da população”. Para que isso ocorra, a escola deve se colocar a serviço de um projeto político popular. Não que educação

seja sinônimo de escola, pelo contrário, ela é bem mais complexa, pois se refere a toda formação humana.

A pedagogia do MST não cabe na escola, mas a escola cabe na pedagogia do MST. Ela busca a autonomia do ser humano com consciência, participação crítica, cooperação usando a realidade como ponto de partida e chegada. Como afirmava Paulo Freire: o educando deve aprender a ler o mundo; ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; todos se educam juntos na transformação do mundo.

1.5 O PROCESSO ORGANIZATIVO

As sementes para a criação do MST somente foram levadas adiante no período da ditadura militar no Brasil graças a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que influenciada pela Teologia da Libertação (doutrina seguida por alguns setores da Igreja Católica no Brasil que tinha como meta a opção pelos mais pobres e excluídos da sociedade libertando-os da opressão) dava grande assistência aos camponeses que fizeram as primeiras ocupações de terra ainda no auge da ditadura militar, principalmente na região sul do país. Nessas primeiras ocupações surgiram lideranças conscientes da necessidade de haver organização na luta pela terra para que houvesse uma reorganização justa no modo de distribuição dos territórios rurais no país. Essa consciência gerou análises e questionamentos sobre a realidade que levou os camponeses a buscarem soluções coletivas. Assim, os que estavam dispersos travando lutas isoladas pelo direito à terra foram integrados a um coletivo e passaram a agir em cooperação, percebendo a maior possibilidade de sucesso através da organização.

Apesar de toda euforia da organização inicial, as dificuldades foram muitas. O governo continuava a atender aos interesses dos latifundiários e o exército continuou a exercer sua função de ponto de apoio para a perpetuação e manutenção de um sistema injusto e excludente, garantindo que os opressores se mantivessem intocáveis. Mesmo assim, a organização foi se espalhando e o MST foi surgindo quase que simultaneamente em vários Estados, criando uma grande teia

de lutas organizadas que devido as suas organizações e trabalho coletivo tornaram-se coesas e resistentes.

Mesmo se fortalecendo em vários Estados na luta pela terra, as organizações ainda não ocorriam sob uma forma homogênea, como um único corpo em busca de um objetivo. Em 1981, começaram a ocorrer encontros regionais entre os sem terra e, a partir daí, debateram-se quais eram os problemas centrais a serem combatidos por eles, suas necessidades, suas metas e alternativas, propostas de ação em busca de reforma agrária dentro das mais diferentes realidades.

Enfim, em 20,21 e 22 de janeiro 1984 ocorreu o primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra no Paraná, com representantes de 12 Estados e com a participação de várias organizações sociais representando os mais diversos setores rurais e urbanos da sociedade brasileira. A partir daí surgiu o MST como um movimento de reconhecimento internacional por sua luta que, a princípio, era pela terra, mas que mais tarde foi agregando outras reivindicações e objetivos. Percebeu-se que a terra é somente o primeiro passo na busca por justiça social e dignidade de vida. A luta a partir da conquista da terra deve continuar. Há a necessidade de se lutar por moradia, saúde, alimentação, assistência técnica, autonomia na produção, educação de qualidade, etc.

1.6 A IDENTIDADE SEM TERRA

O nome MST se tornou tão forte que virou identificação.

Faço também aqui alguns esclarecimentos sobre a grafia do nome Sem Terra para facilitar a continuidade da leitura do texto como um todo. A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui sua terra de trabalho é tão antiga quanto à existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabou criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os "sem-terras"), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva.

O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o quem historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso do social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada à expressão os sem-terra. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o movimento que a transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma. (CALDART, 2004, p.19-20).

Mas não foi um processo nada fácil a afirmação do MST como sujeito em busca de uma nova realidade econômica, ideológica e social. Enfrentaram-se muitas oposições, perseguições, difamações, calúnias e mentiras. Como os meios de comunicação de massa estavam (e estão) a serviço de um determinado grupo social que vê como conveniente que se mantenha a atual situação de exploração, opressão e alienação no Brasil, eles passaram a utilizar seu forte poder de manipulação para repassar ao público uma imagem desvirtuada e geralmente negativa do MST.

Para que se tenha uma constante auto-afirmação e se mantenha a coletividade que se identifique com a vivência camponesa, necessita-se que haja um claro e direcionado processo educacional fortalecendo as ideologias de luta e persistência na construção da emancipação humana dos camponeses. Esse processo educacional vai muito além das escolas. Ele começa desde o princípio com a organização para fazer a ocupação. O sujeito se vê obrigado a tomar posição: ou é Sem Terra ou não é. Assim, convicto do que busca e com que objetivos, ele toma consciência de sua identidade, se identificando e se sentindo parte de algo.

[...] acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo, fé e esperança. O acampamento não é um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. O acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero. Ao contrário. Ele é isto sim, a expressão organizada da miséria, mas também da convicção de que a vitória sobre a fome e a pobreza é possível. (MST, 2001, p. 18)

No princípio, durante o acampamento, o Sem Terra é instigado constantemente a reafirmar sua identidade através da participação do coletivo e também através da resistência e da persistência em superar as mais variadas dificuldades que vão desde a fome, o frio, o medo da violência, como também os conflitos internos nos acampamentos por se conviver em meio a pessoas com idéias diferentes.

Depois da terra conquistada, a maioria se acomoda. Supõe-se que isso ocorra devido a uma falha na educação, não só a escolar, mas naquela que ensinava a importância da coletividade para se manterem e desenvolverem as

conquistas materiais e humanas do grupo, mesmo depois de se adquirir a terra. Deve-se fazer entender e lembrar constantemente que:

[...] o acampamento é uma escola de vida, porque passamos a entender como funciona a sociedade excludente que fez com que nos tornássemos Sem Terra. No acampamento aprendemos também que é preciso lutar para que se transforme essa sociedade e a luta pela Reforma Agrária é uma das ferramentas para combatermos esse sistema. O acampamento nos ensina a encontrar soluções coletivas para os problemas que a sociedade enfrenta, com a união e participação de todos. (MST, 2001, p.18-19).

Principalmente entre crianças e jovens a educação está vinculada à idéia de escola porque nesta etapa de suas vidas esse é o espaço onde ocorrem as interações sociais e um maior conhecimento de mundo. É na escola que se aprende que existem no mundo muitas realidades diferentes, se aprende a respeitar o diferente, se aprende a viver num coletivo, a se ter responsabilidades, organização e que cada um faz parte do mundo e que pode ajudar para que melhore.

Em contradição ao capitalismo, a pedagogia do MST pretende valores que humanizam. Os valores camponeses e capitalistas não podem coexistir num mesmo indivíduo. Se não houver um profundo e consciente processo educacional, o capitalismo vai continuar a arrebatar jovens seduzidos por uma realidade que vai lhes bajular, fascinar, mas sempre pedindo algo em troca.

Por fim, o jovem camponês, por falta de clareza e firmação em seus valores, acaba se tornando um assalariado alienado, que vive em função de alimentar suas necessidades consumistas que lhe darão a sensação de aceitação e auto-afirmação por conseguir ter roupas da moda e consumir os mesmos produtos que as classes mais abastadas consomem.

Por isso, precisa-se de clareza sobre que tipo de educação se quer. Com os princípios pedagógicos do MST supera-se historicamente aquela visão de que a escola é apenas lugar de conhecimentos teóricos que, depois, fora dela, é que serão aplicados na prática. Pretende-se que a prática social dos educandos (as) seja a base do seu processo formativo e que a elaboração teórica implique em ações práticas.

A educação, partindo da realidade, às vezes é mal interpretada, gerando uma simplificação dela que não gera resultado algum. Partir da realidade significa que através de sua interpretação e compreensão devem-se gerar novas atitudes e conhecimentos que irão interferir de forma positiva sobre ela.

A identidade de camponês Sem Terra se firma com o processo pedagógico do MST. Isso ocorre de fato, e mesmo conseguindo a posse da terra, eles continuam com as mesmas ideologias que os levaram a lutar, e continuam a se identificar como Sem Terra.

A educação nunca é neutra. Ou ela ajuda ou ela atrapalha na formação humana.

A escola é um lugar de referência fora do espaço construído coletivamente que, mesmo ao incluí-los, os expulsa, aprisiona-os nos limites que lhes reserva. [...] A escola é uma região do cotidiano dos jovens que está fora e é ambígua em relação a eles, tornando-os também dúbios em relação a ela. Eles não se sentem reconhecidos dentro dela e a reconhecem parcialmente. Apenas pressentem sua importância para a aprendizagem de alguns modos de ser e fazer que lhes sejam exigidos pela sociedade. (BRANCO, 2003, p. 132)

A partir de todo o esclarecimento do que o MST pretende com sua pedagogia diferenciada, sobre que identidade e quais valores se querem formar, sobre o que é ser realmente um camponês, que tipo de educação pretende-se e quais as dificuldades a serem enfrentadas, resta analisar a realidade prática das escolas dos assentamentos, atendo-se, principalmente, a Escola Básica Municipal 25 de Maio. Busca-se, assim, perceber se toda a ampla teoria formativa do camponês está sendo colocada em prática e se está obtendo os resultados almejados. Se há consciência da necessidade de construção de uma identidade camponesa ou se, com o tempo, se perdeu a noção de que sujeitos realmente pretende-se formar.

A identidade do Sem Terra, do assentado, não se refere só ao ambiente de trabalho rural. Há a constante necessidade de se continuar avançando, educando para lutar por conquistas. O lema: *Ocupar, Resistir, Produzir* aplicou-se antes da conquista da terra e continua se aplicando na busca por outras vitórias. Atualmente, busca-se ocupar o espaço político, o direito à moradia, à saúde e à educação. Deve-se resistir à exploração das multinacionais, à produção da monocultura, ao uso de agrotóxicos, ao apelo de consumo dos meios de comunicação, ao desânimo. Luta-se por produzir uma boa educação para crianças, jovens e adultos, conhecimentos, novas opções políticas, alimentos saudáveis.

Toda vivência do acampado pode ser chamada de educação, pois, aprendendo e ensinando eles se educam para defender seus princípios, aprendem a se organizar, a valorizar a terra, a natureza, a buscar alimentos saudáveis e, principalmente, aprendem que através da reforma agrária e da rejeição ao modelo

de produção capitalista pode se gerar uma nova sociedade com valores mais humanos. O MST enraíza os Sem Terra porque lhes inclui ou devolve a uma coletividade.

Luta-se por uma educação que preserve a identidade camponesa, porque ela é solidária e mantém a consciência da necessidade de transformações sociais.

Também entre os empecilhos encontram-se contraposições de grupos para os quais “o MST aparece como uma verdadeira ‘praga’ a ser exterminada, um incômodo para os governos e para as elites em geral, tenham elas ou não vínculo direto com o latifúndio.” (CALDART, 2004, p. 26) Isso porque o MST através da reforma agrária busca também a transformação geral da todos os setores da sociedade.

O antagonismo ao MST provém daqueles que defendem a ‘Ordem e o Progresso’ como a acomodação, a alienação, a total subordinação e aceitação da dominação das elites sobre a sociedade. Para esses, ordem é aceitar a realidade como ela é e não revoltar-se, não gerar escândalos para não quebrar o falso clima de harmonia e tranquilidade na sociedade. Progresso é o total desenvolvimento econômico e científico da nação, aceitando como naturais os efeitos colaterais como pobreza, miséria, violência, destruição ambiental.

Assim, passa-se a idéia de Movimento como incitador e criador de baderneiros, desordeiros. Aceitam essa denominação os estáticos que apesar de terem vidas miseráveis, acomodam-se e seguem suas vivências no mesmo ritmo de sempre com medo de elevar suas vozes porque a situação pode ficar pior. Esses só irão “se mexer” quando forem atingidos diretamente pela situação e, acuados, se obrigarão a tomar alguma atitude para se defender.

Buscando seguir as idéias de Paulo Freire de que o oprimido deve libertar a si mesmo e ao mesmo tempo libertar o opressor, o MST busca agregar na luta a “ralé”, a “escória”, os marginais da sociedade e torná-los protagonistas de uma nova realidade, integrando-os na busca de um objetivo que os faça se sentirem novamente parte de algo, se identificando com um modo de ser, agir e pensar. Porém, o que é comum ainda é a tática de se dar “pão e circo” ao povo, mantendo-o assim alheio a sua miséria e a de outros seres humanos. A população ganha assistência à conta gotas. O que simultaneamente a mantém aceitando o que lhe é imposto, sem ter razões visíveis suficientes para gerarem revoltas.

Como o MST busca transformações, faz-se o possível para que ele não obtenha sucesso, porque não é lucrativo aplicar recursos em assistência social. Utiliza-se a própria ignorância do povo para dominá-lo, pois a falta de conhecimentos sobre a realidade em que vive torna-o alheio aos fatos sociais e às necessidades de se gerar mudanças. Desse modo, o país continua a gerar números alarmantes sem sensibilizar a população. São mais de vinte e quatro milhões (24.000.000) de analfabetos no Brasil, dez (10.000.000) milhões de desempregados e mais de vinte e dois por cento (22%) da população do país na miséria. Segundo estatísticas, só o que é desviado dos cofres públicos por ano no país com a corrupção daria para construir mais de doze milhões (12.000.000) de casas populares ou mais de sessenta mil (60.000) escolas (Dados IBGE 2005). E é contra essa atitude estática que se luta, pois só ocorrerá a mudança se houver uma busca coletiva por melhorias.

1.7 EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO

No que se refere aos mais diversos setores formativos, tem-se consciência de que as principais relações sociais e econômicas baseiam-se no modo de produção. O modelo de industrialização do país e as políticas agrícolas acabam se tornando um meio de exploração e opressão sobre os trabalhadores, pois afastam o trabalhador dos benefícios de suas produções. O ser humano, ao produzir pelo trabalho, simultaneamente se produz junto, desde que não seja um trabalho alienado.

Segundo Marx, as relações de trabalho é que estabelecem a concepção de homem. O homem progrediu como espécie ao buscar a transformação de si e do mundo circundante através do trabalho. O homem, se projetando na natureza pelo trabalho, se humaniza e transforma o mundo, que se humaniza.

Essa objetivação se caracteriza como social e é isto que determina a realidade histórica. O homem se define como ser histórico pelo trabalho porque é a partir do trabalho que nasce a história humana. A partir do trabalho o homem transforma a natureza externa e também a sua natureza particular.

Os objetos produzidos pelo trabalho acabam se tornando necessários para o homem, de modo que ele torna-se dependente da própria produção. E quanto mais

o homem produz, tanto mais a sua natureza se modifica, pois está na dependência direta da produção.

Para Marx, toda atividade humana e todo trabalho é atividade social. Sendo o trabalho uma atividade social, é justo que também o produto desse trabalho seja socialmente consumido. Contudo, no decorrer da história, os modos de produção foram se modificando até o surgimento do proletariado, que possui uma característica que nenhuma outra classe dominada anterior a ele tivera: ele vende sua força de trabalho aos proprietários de indústrias pelo preço mínimo necessário para a sua sobrevivência física.

Sob o modo de produção capitalista tornou-se impossível a prática e a apropriação social do trabalho. O trabalho tornou-se escravo de sua própria produção. O homem, ao produzir os objetos necessários a sua existência, para que ele mantenha relação com sua essência, precisa realizar o trabalho em condições adequadas dentro de uma economia natural que tem por objetivo a produção de bens de uso.

Dentro do modo de produção capitalista, baseado numa economia política, são produzidos bens de troca. Na economia natural, o objetivo é o enriquecimento cada vez maior do gênero humano, e a economia de mercado tem por meta sempre vender mais, reduzindo as relações sociais em relações de mercado. Assim ocorre a alienação: o homem se afasta a atividade criadora e realizadora do seu ser natural e converte essa atividade numa atividade utilizada meramente para a produção de riqueza, ou seja, capital, do qual se apropria o capitalista.

Tem-se claro que o homem, ao produzir um objeto, produz simultaneamente a si mesmo. Com a economia de mercado, se afasta do produto do seu trabalho, impedindo que ele se auto-construa. Assim, o trabalho não é mais uma atividade livre e consciente, e, sim, alienada.

Trocar a força de trabalho pelos meios necessários à sobrevivência significa entrar na economia de mercado na condição de mercadoria e, como tal, tem preço ou valor que é medido em dinheiro. O trabalhador geralmente ganha como salário o mínimo necessário para sua sobrevivência, sem ganhos superiores que permitiriam seu crescimento como ser humano. O trabalho, quando realizado em tais condições, não realiza o trabalhador, ele parece uma atividade que não pertence à essência do homem; o trabalho, assim realizado, não afirma o trabalhador enquanto homem, mas o nega.

O homem, ao vender sua força de trabalho, perde sua liberdade. Só através da livre satisfação das necessidades, através do processo de trabalho ocorre a liberdade. O trabalho assalariado acaba fazendo com que o homem não sinta o trabalho como uma atividade essencial a si, e, sim, sente-o de forma alheia, fora de si.

A deterioração da relação natureza-homem leva à sua alienação, pois ele vive apenas como ser natural, satisfazendo as suas necessidades de conservação e procriação; a relação homem com outros homens é também deteriorada pela alienação, pois o mundo do trabalho nos torna estranhos uns aos outros.

Segundo Marx, a propriedade privada é consequência do trabalho alienado. Nesta perspectiva, a única solução para a superação do trabalho alienado é a superação radical da propriedade privada, que é a expressão real de como o homem alienado se desumaniza, produz a si mesmo e o mundo objetivo se escraviza nele. Só se libertando dessa alienação econômica básica é que começaria a verdadeira história do homem. O homem, ser social, não enquanto indivíduo, mas como parte integrante do todo, seria a reconciliação do homem com o produto do seu trabalho.

Marx vê a economia política como a mais moralista das Ciências. O seu principal dogma é a renúncia, o abandono da vida e de todas as necessidades humanas, aumentando a fortuna do indivíduo, tornando tudo produto de troca ou compra (MARX, 1972, p. 58).

Em nossa realidade, a alienação está a tal ponto intrínseca no trabalho que o homem só se sente humano na realização de suas atividades animais. O mais racional de todos os animais é o mais animal dentre os animais. Sua vivência se resume na busca por satisfazer-se nas funções alimentares, sexuais, enfim, “prazeres” mais imediatos.

Como forma de superar a alienação e construir uma nova visão de mundo com sujeitos livres que se construam a partir de suas relações de trabalho, precisa-se educar para transformar. Movimentos sociais, se baseando em teorias pedagógicas que apostam na construção de seres capazes de fazer a diferença, têm criado e melhorado meios de construir uma educação mais humanizada. Essa educação é buscada pelo MST, que acredita nela como um dos meios para a revolução, valorizando o ser humano e problematizando a realidade. Há autores que afirmam que ser revolucionário é a junção da dialética da denúncia com o anúncio e

é a educação que permite uma melhor compreensão da realidade e que se percebam seus paradigmas.

Dentro da realidade camponesa, o homem está em relação direta com o produto de seu trabalho, valorizando a terra como geradora de relações e valores.

1.8 O MST NO OESTE CATARINENSE

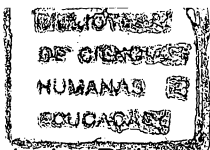
Mais especificamente referindo-se à área a ser analisada, faz-se uma breve memória da história do município de Abelardo Luz.

Área geográfica e localização: o município de Abelardo Luz localiza-se na região da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani). Situa-se ao sul do Paraná, à leste de São Domingos e Ipuçu, ao norte de Bom Jesus, Ouro Verde e Faxinal dos Guedes, e a oeste de Vargeão e Passos Maia. Está localizado no oeste de Santa Catarina, numa altitude que ultrapassa os setecentos metros acima do nível do mar.

Relevo, solo e subsolo: o município encontra-se dentro da Serra Geral, pertence ao grupo geológico denominado São Bento, constituído basicamente de rochas vulcânicas e vulcanismos basálticos, possui relevo forte e ondulado com terra roxa estruturada.

Vegetação: na década de setenta, o município baseava-se na exploração extrativista (madeira e erva-mate); aos poucos foi cedendo espaço à atividade agropastoril, sendo hoje uma realidade no município. Abelardo Luz é o maior produtor de soja e de milho de todo o Estado, sendo que dois terços da arrecadação municipal é oriunda da agricultura.

Povoamento: Abelardo Luz fazia parte da antiga colônia militar de Chapecó denominada de Chapecó Grande. Fazia parte do distrito de Diogo Ribeiro (atual São Domingos). As primeiras famílias a habitar na região foram as de: Messias de Souza e Leocácio dos Santos. No entanto, o povoamento efetivo foi no início do século XX com a chegada de imigrantes gaúchos de origem predominante Italiana que posteriormente se juntaram aos índios Kaingangues que existiam na região. Em 17 de Julho de 1922 foi elevado à categoria de distrito, com o nome de Abelardo Luz em homenagem ao filho de Heroílio Pedro da Luz, Abelardo Wenceslau da Luz, que era general e havia ganhado uma grande extensão de terras para trabalhar no



quartel de Palmas, no Paraná, começando assim a dividi-las em fazendas e repassando-as a terceiros para que as trabalhassem e explorassem. Em 21 de junho de 1958, foi elevado à categoria de município, tendo a instalação oficial em 27 de julho de 1958, com o prefeito provisório Jerônimo Rodrigues.

A construção da cidade começou com uma pequena vila, com aglomerados de algumas pessoas e instalações de duas empresas: COOPERVALE (Cooperativa Mista Vale do Piquiri Ltda) e COAMO (Cooperativa Agrícola Morauense), que eram mantidas por pequenos agricultores de duas comunidades: Canhadão e Alto da Serra; pois a produção das grandes fazendas era comercializada fora do município. Atualmente Abelardo Luz é um município que se aproxima de meio século de existência e é o segundo maior em extensão do estado catarinense com uma área de 955,37 km². Possui aproximadamente 16.500 habitantes, sendo que em média 56% desse total moram no meio rural. A atual administração municipal é representada pelo prefeito Nerci Santim (PMDB), e pelo vice-prefeito Dilmar Fantineli (PT).

O município de Abelardo Luz possui oito escolas municipais de primeira a oitava série num total de 2706 estudantes. A maioria desses alunos localiza-se na área rural, mais especificamente nas vinte e três comunidades de assentamento do município. Dados do censo de 2000 mostram que o município tinha 4,4% de sua população entre 7 e 14 anos analfabeta; entre 15 e 20 anos eram 13,5% de analfabetos; e com mais de 25 anos mais de 16,4% analfabetos.

Nos anos de 1984 e 1985, começou a ocorrer uma forte mobilização dos trabalhadores sem terra na busca por reforma agrária em todo o oeste catarinense. O MST já se destacava como idealizador e organizador das principais mobilizações nas lutas pela terra no país e também se fez presente como movimento social nessa região.

Numa fria e úmida madrugada do dia 25 de maio de 1985, dezenas de caminhões e ônibus, carregando mais de mil e quinhentas (1500) famílias, que não tinham noção de para onde se dirigiam, devido à necessidade de sigilo para que não houvesse vazamento de informações, rumaram em direção a Abelardo Luz. Essas famílias eram originárias de diversos municípios da região como Ipuçu, Anchieta, Xanxerê, Campo Erê, Maravilha, São Miguel do Oeste, etc. Ao chegarem às limitações do local de sua ocupação, junto à ponte sobre o rio Chapecó, os Sem Terra viram-se barrados pelos jagunços da fazenda (que na época denominava-se

Fazenda Sandra). Além de estarem armados, os jagunços colocaram fogo na ponte. Como se temia que os jagunços dessem tiros nos homens se eles fossem apagar o fogo, as mulheres e crianças Sem Terra munidas de galhos de árvores heroicamente tomaram a frente e apagaram o incêndio, possibilitando a entrada das famílias na fazenda. E, para demonstrar que o objetivo da reforma agrária é acabar com a exclusão e não aumentar as desigualdades, hoje existem alguns daqueles jagunços que estiveram defendendo a fazenda no período da ocupação morando e produzindo junto com os assentados da área ocupada.

A ocupação do dia 25 de maio foi o início de um longo e desgastante processo de desapropriação das terras e assentamento das famílias. Teve casos de famílias que chegaram a ficar de sete a oito anos morando debaixo de barracos de lona até que conseguissem seu lote de terra para morar e produzir.

Além dos problemas burocráticos enfrentados, também havia o problema da pressão psicológica exercida pela polícia e pelos jagunços através da violência. O medo e a violência levaram os acampados a buscar se armar também para se sentirem mais seguros. Houve momentos em que ocorreu troca de tiros entre ambos os lados interessados.

De forma seqüencial, foram sendo ocupados vários latifúndios improdutivos (que segundo a lei não atendem seu fim social, que é de gerar empregos, alimentos e renda para a nação) do município. Hoje são vinte e três (23) comunidades de assentamento com mais de quatro mil e quinhentas (4.500) pessoas assentadas.

Em especial, dentro de todo esse processo de conquista da terra, cabe destacar a grande importância que teve a Pastoral da Terra da Igreja Católica, que contribuiu com alimentos, remédios, atenção, apoio legal, etc.

No Assentamento 25 de Maio o processo de desapropriação e assentamento das famílias Sem Terra não foi tão demorado como na maioria dos outros assentamentos. Ainda no ano de 1985, a maioria das famílias desse assentamento já tinha seus lotes medidos (com medidas entre doze e dezoito hectares cada um) e divididos. Após esse processo se iniciaria uma nova caminhada dentro do assentamento por muitas outras conquistas.

As famílias em pouco tempo passaram a ter acesso a financiamentos para comprarem maquinários, sementes, suplementos e animais. Mais tarde, a comunidade teve uma rádio comunitária que acabou fechando, mas que está em processo de reabertura, podendo agora funcionar legalmente. Enfim, foram

inúmeras as conquistas no decorrer da organização do assentamento, culminando nos últimos anos com a construção de um novo salão comunitário com maior estrutura, na conquista de uma nova escola para o Ensino Médio, instalação de um mercado agropecuário na comunidade e o financiamento para reformas e construção de novas casas para as famílias assentadas. Também se destaca o acompanhamento de técnicos agropecuários e veterinários junto às famílias assentadas.

Durante o processo de ocupação e acampamento, continuou a haver a alfabetização das crianças Sem Terra através da Escola Itinerante (escola que acompanha as famílias Sem Terra escolarizando dentro dos acampamentos). Os próprios Sem Terra que tinham um pouco mais de escolarização exerciam a função de professores. Mais tarde, esses professores foram abandonando as aulas e sendo substituídos por outros com maior qualificação.

Poucos meses após o assentamento das famílias Sem Terra, já havia uma escola primária (de primeira a quarta série) dentro da comunidade 25 de Maio. A partir de 1993, instalou-se nesse assentamento também a educação ginásial (de quinta a oitava série), começando no primeiro ano somente com a quinta série e instalando-se as outras turmas gradualmente nos anos seguintes. Em 1995, inaugurou-se a atual Escola Básica Municipal 25 de Maio, sendo que atualmente também existe no assentamento uma escola de Ensino Médio, atendendo num total de treze (13) comunidades com um número aproximado de mil (1000) alunos entre as duas (a de Ensino Médio e a de Ensino Fundamental), uma APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) com cinquenta (50) educandos e sessenta (60) educandos do CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

Também sempre houve sérias preocupações em se formar professores de dentro do próprio assentamento para dar aulas para os filhos dos assentados, tanto que nos dez primeiros anos após a conquista da terra, somente assentados deram aula nas escolas da comunidade. Porém, dentre uma turma de quinze assentados que haviam começado o magistério para dar aulas nas escolas do assentamento, somente uma prosseguiu até o final. Com a saída dos professores do assentamento, tornou-se necessário substituí-los por outros da cidade para que os alunos não ficassem sem aula.

O MST sempre teve a consciência da importância do papel da educação na luta por transformações sociais. Sabe-se que não é a escola em si o único formador

dos sujeitos sociais, e que não é ela que fará a revolução. Mas é ela que pode formar os protagonistas das transformações, desde que se saiba que tipo de educação seguir.

Foi buscando atender a essa necessidade de desenvolver uma educação diferenciada que o MST criou uma pedagogia própria, baseada na realidade camponesa. Existe no Brasil uma garantia legal para que áreas indígenas, áreas quilombolas, assentamentos e outros grupos sociais com histórias próprias diferenciadas tenham suas pedagogias específicas que lhes garantam a preservação de seus valores, tradições, línguas, lutas e ideais ligados as suas realidades.

Dentro do município de Abelardo Luz houve um acordo político entre MST e a administração PT/PMDB: o MST apoiaria seus candidatos e em troca “ganharia” a direção das escolas dos assentamentos. Estando em andamento o terceiro ano da atual administração, percebem-se limitações tanto por parte da Secretaria Municipal de Educação, que até presente momento não desenvolveu o plano municipal de educação nem estabeleceu objetivos em longo prazo para o ensino no município, como por parte das direções das escolas, que ao assumirem suas funções haviam se comprometido em desenvolver a Educação do Campo nas escolas dos assentamentos e até agora não deram demonstrações claras de estarem conseguindo cumprir com seus objetivos.

Outra limitação refere-se à grande rotatividade de professores que passam pelas escolas do assentamento sem terem tempo ou interesse em conhecer sua realidade. Na Escola Básica Municipal 25 de Maio existe um corpo docente de mais de vinte (20) professores, dos quais somente seis deles são efetivos (três deles se efetivaram esse ano, tendo recentemente assumido as vagas). Todos os outros são denominados de ACTs, ou seja, são contratados em caráter temporário e a cada ano grande parte deles muda de colégio para trabalhar.

O próprio método de escolha dos professores municipais é questionável, pois ocorre no município o teste seletivo e quem consegue melhores notas tem o direito de escolher primeiro onde gostaria de atuar. Uma grande parcela desses professores ainda não concluiu a graduação e não possui a formação necessária para estar em sala de aula. Por outro lado, a maioria dos professores é do meio urbano e faz o possível para escolher primeiro as escolas da cidade para trabalhar, sobrando para serem escolhidas por último as escolas rurais. Assim, os que tiraram

notas mais baixas acabam tendo que “optar” por trabalhar nas escolas do interior para não ficar sem emprego. A maioria desses professores não tem o mínimo conhecimento referente à realidade em que trabalham e não busca interagir com as comunidades onde atua, ou porque vai para escola trabalhar e depois volta ao fim do dia para a cidade (percorrendo uma distância de aproximadamente trinta quilômetros), ou porque acha desnecessário conhecer o local, já que não ficará muito tempo naquele lugar.

Mas mesmo entre os professores efetivos não há garantias de comprometimento com uma educação diferenciada. Acredita-se que, em parte, não há comprometimento devido à falta de conhecimento dos próprios professores sobre novas possibilidades educacionais. Faz-se alguma referência aos processos educacionais da Educação do Campo. De vez em quando (mais especificamente em solenidades de formatura), canta-se o hino do MST, são feitas místicas, distribui-se o jornal do MST entre os alunos, há entre os livros de literatura cartilhas e livros referentes às lutas sociais, as escolas dos assentamentos desempenham papel fundamental nas festas de aniversário do assentamento.

Apesar de várias possibilidades de aplicação de uma educação diferenciada, não há facilidade em se desvincular a imagem do MST de determinados partidos políticos do município. Por isso, muitos se opõem às atividades propostas pelo MST, devido às ideologias partidárias. Há grande quantidade de materiais a serem trabalhados, mas a maioria dos professores não se interessa em ter uma formação continuada após o término da graduação.

Há também a necessidade de se estar atuando de forma educativa no método de produção dos assentados. Defende-se a produção de alimentos saudáveis e a preservação ambiental, mas os assentados, em sua maioria, usam agrotóxico de forma indiscriminada e o plantio de transgênicos (sementes modificadas geneticamente) é uma realidade, fugindo do que se idealizou como vivência camponesa.

Atualmente o assentamento está com sérios problemas de violência e de roubos nas propriedades. As famílias, com medo, acabam ficando acuadas em suas casas. Os valores do campesinato ficam esquecidos devido à sensação de desconfiança com que os assentados olham a realidade sem verem perspectivas de poder trabalhar coletivamente em cooperação, um confiando no outro. As próprias

festas comunitárias já foram comprometidas em grande parte devido à violência, pois as famílias não mais vêem esses espaços como locais de integração social.

Os desafios da educação são muitos, já que devem servir como modo de analisar e entender cada realidade, e essa, do assentamento 25 de Maio, envolve inúmeros e conflitantes paradigmas. Em busca de direcionamentos, estabelece-se a elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) nas escolas para uma tentativa de entendimento dos desafios. Ele deveria ser o ponto de partida para a construção progressiva da Educação do Campo.

O PPP é a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, suas especificidades, níveis e modalidades. O PPP deve ser uma construção coletiva e pressupõe reflexão e discussão crítica da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de transformação da realidade educacional, econômica, social, política, etc. É compromisso coletivo com a qualidade da aprendizagem de todos os alunos.

O PPP deve ser gerador de ações transformadoras, superando privilégios econômicos e sociais, garantindo o acesso e permanência dos educandos nas escolas, produzindo uma educação de qualidade. E, a partir disso, construir uma concepção de sociedade democrática, justa, solidária e igualitária, gerando indivíduos cidadãos, críticos, participativos e responsáveis combatendo a exclusão dos sujeitos sociais. Enfim, construir um projeto que se comprometa com os anseios e interesses das camadas populares.

2. O TRABALHO COMO PRÁTICA SOCIAL EDUCADORA

Karl Marx (1990, p. 82) afirma que o homem, se objetivando na natureza pelo trabalho, se humaniza e, transformando o mundo, o humaniza. Essa objetivação se caracteriza como social e é isto que determina a realidade histórica. O homem se define como ser histórico pelo trabalho porque é a partir do trabalho que nasce a história humana.

Nesse capítulo faz-se uma análise do mundo do trabalho, sua importância, contradições e organização dentro da realidade capitalista. O campesinato não enfrenta somente problemas internos, mas relacionados a toda organização dos modos de produção a nível global. O modelo capitalista age tanto no meio urbano como no meio rural. Busca-se, assim, a compreensão da lógica capitalista e o porquê da impossibilidade da coexistência entre seus valores e os valores camponeses.

Antes de surgir o trabalho, o homem vivia como qualquer outro ser totalmente natural, ou seja, encontrava tudo o que precisava junto à natureza circundante. No entanto, Marx escreve que as formas originais de comunicação, as relações essenciais em que o homem se encontra com outros homens, se manifestam em seu relacionamento, propriedade, desejo, necessidade, gozo comuns do mundo objetivo. Todo trabalho é trabalho com, para e contra outros, de tal forma que somente aí os homens se mostram uns aos outros e entre si o que realmente são.

A vivência de lutas, a organização, a cooperação, induzindo a um convívio solidário e à troca de experiências é responsável pela geração de novos aprendizados para os camponeses. Eles se vêem obrigados a mudar de consciência e abrirem mão de sentimentos individualistas para trabalharem como um só grupo com diferentes indivíduos, de diferentes idéias e diferentes formas de trabalhar. Assim, como afirma Miguel Arroyo (2004, p.122), o trabalho apresenta-se como uma “matriz geradora” do ser humano, formando-o como sujeito privado e social.

Em seus primórdios, o ser humano era um com a natureza e vivia somente em função de suas atividades naturais. Porém, devido à sua ‘evolução’, ele passou a desenvolver determinadas formas de cultura que lhe exigiram modelos de

comportamentos e pensamentos que fugiam às restrições instintivas dos outros animais. Passou-se a produzir conhecimentos que conseqüentemente geraram a humanização do homem. Através das necessidades humanas, intermediadas pelo trabalho, passou-se a buscar respostas e soluções, produzindo novas práticas e conhecimentos.

Percebe-se que a partir das necessidades humanas o homem deixou de ser totalmente natural e se tornou um ser social. Isso ocorre por que,

[...] o animal imediatamente é um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz de sua atividade vital mesma um objeto de seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com o qual ele conflua imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal... ou ele só é um ser consciente, isto é, a sua própria vida é objeto, precisamente porque é sua própria vida que é objeto, precisamente porque é um ser genérico. (MARCUSE, 1969, p. 156)

Explica-se o ser genérico ao se afirmar que:

[...] no engendrar prático de um mundo objetivo, no trabalhar a natureza inorgânica o homem se prova como ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero com a sua essência própria ou se relaciona consigo como ser genérico. (MARCUSE, 1969, p. 156)

Como o trabalho, em sua origem, era uma atividade consciente, havia uma entrega pessoal ao que se fazia. O ser humano se construía simultaneamente ao desenvolvimento e evolução de seu trabalho. Sua subjetividade se fazia através sua relação com o objeto de trabalho porque era uma atividade pensada, e não algo automático.

Esse relacionamento do homem com o seu ser torna possível a afirmação de que:

[...] só por isto a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência. (MARCUSE, 1969, p. 156)

Não seria necessariamente a afirmação do homem como um ser produtivo que o separa dos animais, pois é

[...] claro que o animal também produz. Constrói um ninho, etc. Só que produz apenas o de que precisa imediatamente, ao passo que o homem produz universalmente; produz apenas sob domínio da necessidade física imediata, ao passo que o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz a natureza, o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, ao passo que o homem se defronta livre com o seu produto. O animal forma só segundo a medida e a necessidade de espécie à qual pertence, ao passo que o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie e sabe em toda a parte aplicar a medida inerente ao objeto; por isso o homem também forma segundo as leis da beleza. (MARCUSE, 1969, p. 156-157)

Enfim, reconhece-se a interdependência entre todos os seres da natureza e da necessidade que temos de nos firmarmos como seres diante dos outros.

[...] a relação entre os seres naturais, que dependem uns dos outros para sua sobrevivência e reprodução é uma relação de contínua troca. Um ser que não tivesse fora de si os elementos necessários para si, os elementos necessários para a sua reprodução e sobrevivência, isto é, um ser que não fosse um ser objetivo, seria um não ser. (EIDT, 1999, p.98)

Adiante, relacionando-se ao trabalho e o que em si diferencia o homem de outros animais, o autor Valdir Eidt diz:

[...] contudo, precisamente na relação homem-natureza, se cria continuamente a especificidade que caracteriza o ser natural humano quando comparado aos seres naturais em geral. É a própria constituição física do ser natural humano que permite criar essa especificidade... O trabalho é a categoria, ou qualidade que faz com que a relação entre o homem e a natureza seja qualitativamente superior quando comparada à relação entre essa e os outros seres naturais. (EIDT, 1999, p. 98-99)

Os demais seres naturais também “trabalham”, mas essas atividades que eles realizam estão determinadas pelo código genético. Já o homem sofre um processo,

[...] isto é, ele por um lado, é subjetividade (a série casual dos nexos), que o trabalhador idealmente constrói em seu pensamento e, por outro lado, ele pressupõe a objetividade, a natureza exterior da qual o homem retira seus objetos. A subjetividade e a objetividade, e nesse processo deve-se respeitar tanto o telos (finalidade) subjetivo, quanto à causalidade objetiva, de maneira que, através da ação, a aplicação correta daquilo que estava na mente do trabalhador, sobre os objetos da natureza, torne-se um

produto, ou bem-de-consumo, destinado a suprir alguma carência ou necessidade daquele trabalhador. Assim, cada processo de trabalho e cada ato individual de realização de trabalho se caracteriza por apresentar como produto algum objeto novo em relação ao que havia antes. O trabalho se distingue por ser esse processo que concede aos homens produzir coisas novas, nunca antes encontradas na natureza. (EIDT, 1999, p. 101)

A partir do trabalho, o homem transforma a natureza externa e também a sua natureza particular. Os objetos produzidos pelo trabalho acabam se tornando necessários para o homem, de modo que ele torna-se dependente da própria produção. E quanto mais o homem produz, tanto mais a sua natureza se modifica, pois está na dependência direta da produção. Apesar de o homem se distanciar em alguns aspectos do ser natural, nunca poderá se desprender totalmente dele.

Uma delas é a necessidade de alimentação, característica básica de qualquer ser natural ou social. Não é possível ao ser social suprimir essa necessidade que o prende ao ser natural. Contudo, até mesmo no ato da alimentação, especificamente absoluta do ser natural, manifesta-se a característica social. (EIDT, 1999, p.104)

Essa afirmação é feita porque todos os seres vivos se alimentam, mas a maneira que o homem faz isso (cozido, com garfo, faca, etc.) é que o torna um ser social. Pode-se ainda ilustrar o ser social através da arte, da educação e até da sexualidade humana, que apesar de ser algo natural, apresenta uma série de rituais que a tornam social.

Valdir Eidt sintetiza as idéias referentes ao trabalho no seguinte fragmento:

[...] em resumo, pode-se dizer que até Marx o trabalho fora atendido como atividade mais grosseira do homem, como uma necessidade de sobrevivência. Mais do que isto; uma condenação divina. Para tanto, basta a parábola da expulsão de Adão e Eva do paraíso. Com Marx o trabalho deixa de ser uma simples função, ação do homem sobre a natureza, para converter-se num processo de autoformação do homem: o homem não somente pratica o trabalho, mas também constrói a si mesmo no trabalho. Assim a prática humana deixa de ser uma espécie de viver, para converter-se na vida mesma. A essência do homem é a sua prática, é o seu trabalho. Além disso, para Marx toda atividade humana e todo trabalho é atividade social. Fora da sociedade o homem não é nada. A sociedade para o homem é como a água para o peixe. Sendo o trabalho uma atividade social é justo que também o produto desse trabalho seja socialmente consumido. (EIDT, 1999, p.107).

Contudo, no decorrer da história, os modos de produção foram se modificando até o surgimento do proletariado que:

[...] se caracteriza por um aspecto particular que nenhuma classe dominada anterior a ele tivera: ele vende sua força-de-trabalho ao proprietário de indústrias pelo preço mínimo necessário para a sua sobrevivência física (EIDT, 1999, p.112).

A partir de agora, veremos alguns aspectos das causas que tornaram impossível a prática e apropriação social do trabalho sob o modo de produção capitalista e do respectivo modelo social burguês que ele engendra. Avalia-se o que faz com que o trabalho se torne escravo de sua própria produção.

2.1 A ALIENAÇÃO

O homem, ao produzir os objetos necessários à sua existência, para que mantenha relação à sua essência, precisa realizar o trabalho em condições adequadas, dentro de uma economia natural que tem por objetivo a produção dos bens-de-uso. Dentro do modo de produção capitalista, baseada numa economia política, são produzidos bens-de-troca. Na economia natural, o objetivo é o enriquecimento cada vez maior do gênero humano, e a economia de mercado tem por meta sempre render mais, reduzindo as relações sociais em relações de mercado. Assim ocorre a alienação: “o homem se afasta a atividade criadora e realizadora do seu ser natural e converte essa atividade numa atividade para a produção de riqueza, ou seja, capital, do qual se apropria o capitalista”. (Valdir, 1999, p. 113)

Tem-se claro que o homem, ao produzir um objeto, produz simultaneamente a si mesmo. Com a economia de mercado, o homem se afasta do produto de seu trabalho, impedindo que ele se autoconstrua livre e consciente, mas, sim, tornando-se alienado.

Marx, em *O Capital*, enfatiza que além do mercado capitalista estar agredindo o trabalhador, ele está acabando com natureza, que é a fonte da existência humana e meio pelo qual são obtidos os produtos utilizados pela

indústria. O capitalismo se mostra um verdadeiro parasita, sugando toda fonte de vida que encontra ao seu redor. Está acabando com a fecundidade da terra.

Com o predomínio sempre crescente da população urbana, acumulada em grandes centros, a produção capitalista concentra, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas por outro, dificulta o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, isto é, o regresso à terra dos elementos do solo gastos pelo homem na forma de meios de alimentação e vestuário, ou seja, perturba a eterna condição natural de uma fecundidade duradoura da terra. Com isso a produção capitalista destrói ao mesmo tempo a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida mental dos trabalhadores rurais (...) todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo; todo o progresso no aumento de sua fecundidade por um determinado prazo é ao mesmo tempo um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fecundidade... por isso a produção capitalista não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção mais do que minando ao mesmo tempo as fontes das quais emana toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1975, p.145)

Viu-se, anteriormente, que o trabalho é composto por duas bases: a **subjetiva**, que corresponde à finalidade que o trabalhador tem em mente para o objeto; e a **objetiva**, que são elementos naturais a serem trabalhados. Porém, no modo de produção capitalista o homem não tem acesso à base objetiva ou aos meios de produção. Como o trabalhador não tem acesso ao meio de produção, ele precisa trocar sua força-de-trabalho para sobreviver. Porém:

[...] trocar a força-de-trabalho pelos meios necessários à sobrevivência, significa entrar na economia de mercado na condição de mercadoria. O trabalhador é convertido em mercadoria e como tal tem um preço ou valor que é medido em dinheiro. O valor das mercadorias na economia de mercado, em geral é medido pelo tempo de trabalho que foi gasto para a produção dessa mercadoria, além de outros fatores menos importantes. Assim que o trabalhador entra no mercado, na condição de mercadoria, imediatamente ele se submete à mesma lei do valor que regula o preço de todas as outras mercadorias. (EIDT, 1999, p. 114)

O trabalhador geralmente ganha como salário o mínimo necessário para a sua sobrevivência, sem ganhos superiores que permitam seu crescimento como ser humano.

[...] o trabalho, quando é realizado em tais condições, não realiza o trabalhador; ele parece uma atividade que não pertence à essência do homem; o trabalho assim realizado não afirma o trabalhador enquanto homem, mas o nega. Enfim, o trabalho vendido como mercadoria não desenvolve a energia física e intelectual daquele que o realiza; antes mortifica seu corpo e arruína seu espírito. (EIDT, 1999, p. 115)

O capitalismo estimula o individualismo e a concorrência. Cada um deve ser observado como um concorrente, um adversário em potencial que se conseguir superar pode tornar supérfluo, descartável para o mercado. Assim, o mercado utiliza as mais baixas artimanhas, onde os fins justificam os meios. Cada um só será o melhor se pisar na concorrência.

Precisa apressar-se, para não ficar atrás de seus competidores. Se ele esquece de vender suas mercadorias e as mantém paralisadas mais tempo do que o estritamente necessário; se ele não capta dinheiro suficiente para fazer, no devido tempo, as compras de matérias-primas e dos demais elementos de que necessita para que sua produção não se interrompa; se ele não tenta se apoderar logo do dinheiro resultante da venda de suas mercadorias para investi-lo sem demora, ele se verá metido em complicações. Aquele que se atrasa não encontra lugar. (BENJAMIN, 2003, p. 38)

O homem, ao vender sua força de trabalho, perde sua liberdade. Só através da livre satisfação das necessidades, através do processo de trabalho, ocorre a liberdade.

[...] não é livre aquele trabalhador que não possui os meios-de-produção necessários para que possa produzir seus meios de sobrevivência. Não é livre e nem feliz porque o trabalho é para ele uma atividade penosa que nem o realiza e nem o engrandece. (EIDT, 1999, p. 115)

Assim, o trabalho, que deveria ser a libertação do homem, torna-se sua escravidão:

[...] ao invés do trabalho ser o meio (livre e saudável) para a satisfação das necessidades naturais, ele aparece como a própria necessidade cruel e dolorosa; como condição ou mesmo o preço que o homem paga pelo direito de sobreviver. Desaparece assim o caráter natural do trabalho como consequência espontânea e natural do intercâmbio existente entre o homem e a natureza. O trabalho quando não é assim concebido e assim materializado, é a própria negação da liberdade. (EIDT, 1999, p.116)

Dessa forma, acaba-se tendo um falso conceito de liberdade: "o trabalhador, portanto, somente se sente livre fora de seu ambiente de trabalho; a liberdade passa a ser a própria negação do poder específico do homem e, a natureza humana volta a ser apenas natureza." (Valdir, 116) O trabalho assalariado acaba fazendo com que o homem não o sinta como uma atividade essencial a si, e sim, sente-o de forma alheia, fora de si.

A deterioração da relação natureza-homem leva à alienação do homem, pois o homem vive apenas como se satisfazendo às suas necessidades de conservação

e procriação; a relação homem-outros homens é também deteriorada pela alienação, pois o mundo do trabalho nos torna estranhos uns aos outros; a relação homem-produto do seu trabalho está deteriorada, pois na sociedade industrial o homem não possui o resultado de sua atividade laborativa. O trabalhador não se afirma no seu trabalho, mas se nega. Essa negação está no fato de o trabalho não ser um bem próprio do trabalhador e criar a dominação sobre a produção e sobre o produto por parte daqueles que não produzem. Nesse sentido, a propriedade privada, segundo Karl Marx, é a consequência do trabalho alienado da relação do trabalhador com a natureza, consigo mesmo e com os outros. Nesta perspectiva marxista, a única saída de superação do trabalho alienado é a superação radical da propriedade privada, que é expressão real de como o homem alienado se objetiva, “produz” a si mesmo e o mundo objetivo se escraviza nele. Só se libertando dessa alienação econômica básica é que começaria a verdadeira história do homem. O homem, ser social, não enquanto indivíduo, mas como parte integrante do todo, seria a reconciliação do homem com o produto do seu trabalho.

A alienação acaba não se restringindo somente ao trabalho. Ela toma conta dos mais diversificados setores sociais da existência humana.

Sem dúvida, há um movimento de massificação cultural. A miséria deixa de ser somente um elemento econômico para tornar-se miséria cultural, intelectual, ideológica. A banalização da violência, o xenofobismo, o racismo, a opressão às minorias, na maioria absoluta dos meios de comunicação, tornaram-se meios de propagação da dominação política e econômica de grupos financeiros internacionais e nacionais. Na “ética” do lucro, o que for preciso fazer faça-se, independentemente de que valores, moral, costumes estejam sendo destruídos. (BONAMIGO, 2002, p. 33)

Entende-se que a partir do crescimento e progresso da economia política o trabalhador assume um sentido contrário a produção:

[...] o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. Esse fato nada mais expressa senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como ser alheio, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a objetivação do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua realização. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como

perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização. (MARCUSE, 1969, p. 148-149)

Essa *desefetivação* do trabalho faz com que o trabalhador também se *desefetive*. Quanto mais o trabalhador produz mais seu trabalho se torna desvalorizado. Assim, ele se afasta do objeto de sua produção e se torna alheio ao produto,

[...] pois segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos coisas lhe pertencem como seus próprios. E da mesma maneira na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos retém em si mesmo. O trabalhador coloca sua vida no objeto: mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Portanto, quão maior esta atividade, tanto mais o trabalhador é sem objeto. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quão maior este produto, tanto menos ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem significado não só de que o seu trabalho se torna objeto, uma existência exterior, mas também que ela existe fora dele, independente dele, alheia a ele, tornando-se um poder autônomo frente a ele, o significado de que a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga alheia. (MARCUSE, 1969, p. 150)

O trabalhador, ao produzir, entrega parte de si para “sua criação”. Desse modo, quanto melhor ou mais desenvolvido o produto mais rebaixado é o trabalhador:

[...] a economia política oculta a alienação na essência do trabalho por não considerar a relação imediata entre o trabalhador e a produção. É claro, o trabalho produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiota, critinismo para o trabalhador. (MARCUSE, 1969, p. 152)

2.2 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO COMO FORÇA PRODUTIVA

Segundo Bonamigo (2002, p. 45-46), alguns autores defendem a idéia de que o trabalho está deixando de ser visto como essencial. A sociedade do trabalho pode se extinguir, pois os métodos de organização da produção não dependem mais dele. Essa banalização do trabalho simplesmente descarta o trabalhador como se fosse uma peça ultrapassada e desnecessária de uma máquina. Prevê-se estatisticamente que com essa realidade nas próximas décadas somente vinte por

cento (20%) da população mundial bastará para dar conta das necessidades do mercado de trabalho. A lógica do capital não busca o crescimento humano. Não há espaço para ações humanitárias (a não ser que sejam lucrativas) dentro do capitalismo. A miséria e todos os outros possíveis problemas sociais são simplesmente aceitos como naturais, fazendo parte do processo de desenvolvimento do capital.

Já havia a preocupação por não se democratizar o produto final do trabalho. O trabalhador não podia usufruir do resultado de seu próprio trabalho. Agora a preocupação se refere ao risco de não haver mais nem a democratização do acesso ao mercado de trabalho. O que pode ocorrer com o excedente, os oitenta por cento restantes que não se enquadrará ao mercado de trabalho? Vão ser ignorados pelos donos dos meios de produção que os olharão sem nenhum peso na consciência por serem responsáveis pela degradação da vida e pela morte de seres humanos iguais a eles?

Em determinado período, acreditou-se que o capitalismo estava entrando em crise e que poderia vir a ter fim. Mas como um parasita ele se restabeleceu, sugando recursos de outros setores essenciais da sociedade. Cogita-se se a sociedade precisará atingir um colapso total e profundo para que o capitalismo também se extinga. Mas, por enquanto, temos que ver a sociedade produzir e o capitalismo consumir suas riquezas materiais, humanas e culturais.

Assistiu-se, portanto, no último quartel do século XX, à implementação de um movimento de reação do capital à sua crise de acumulação e dominação. A intensidade dessa crise fez o capital reordenar qualitativamente os mecanismos de recuperação de suas taxas de lucro, por meio de inúmeras medidas, marcadas preponderantemente, pela destruição dos Estados de Bem-Estar Social, pela implementação dos planos e/ou ajustes neoliberais, pela apropriação dos avanços científicos e tecnológicos, pela destruição dos Estados Operários, pelas privatizações, pela reestruturação dos processos produtivos, com consequências na materialidade e na subjetividade da vida individual e social. (BONAMIGO, 2002, p. 26)

A degradação é cada vez mais visível. O Estado tornou-se mínimo para somente atender as necessidades mais básicas de manutenção dos serviços públicos. As organizações populares se encontram quase que impotentes diante das armas ideológicas utilizadas pelas elites. Até os direitos conquistados através de muitas lutas populares estão sendo cancelados.

As mudanças no plano político/institucional, com as reformas constitucionais - previdenciária, educacional, trabalhista, estão eliminando direitos das classes trabalhadoras consignadas há décadas na legislação brasileira; ao mesmo tempo estão acabando com as políticas públicas relacionadas a esses itens. (BONAMIGO, 2002, p. 36).

As formas de repressão e dominação são variadas. Os valores e ideologias capitalistas são infiltrados dentro dos mais diversos setores da sociedade. Temos como exemplo os sindicatos no período final a ditadura militar. Eles foram importantíssimos na conquista de direitos para os trabalhadores, mas enfraqueceram rapidamente no início dos anos noventa, devido às mudanças do sistema social e econômico.

Esses dois fatores – reestruturação capitalista da organização do trabalho e o recuo das identidades de classes representativas dos trabalhadores – combinados, fragmentaram, de forma geral, as ações sindicais do último período, de modo que vêm se fortalecendo nos locais de trabalho as saídas e as alternativas individuais, acirrando-se a competição, o individualismo e a alienação. (BONAMIGO, 2002, p. 17)

O trabalho dentro da economia política impede o homem de evoluir, pois ele não o faz de forma consciente e livre e, sim, o faz automaticamente, sem consciência da produção, que é obra sua. O trabalho é feito maquinalmente, porque faz o que os “donos de produção” programaram que fosse feito.

[...] assim como na religião, a auto-atividade da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano, atua sobre o indivíduo independente deste, ou seja, como uma atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Pertencente a um outro, é a perda de si mesmo. (MARCUSE, 1969, p.153)

Então, há algum meio em que o homem possa sentir-se livre? Diga-se que:

Por conseguinte, chega-se ao resultado de que o homem (o trabalhador) se sente livremente ativo só ainda em suas funções animais, comer, beber e procriar, no máximo ainda moradia, ornamentos, etc., e em suas funções humanas só se sente ainda como animal. O que é animal se torna humano, e o que é humano se torna animal. (MARCUSE, 1969, p.154)

Marx afirma que o trabalho, devido ao desenvolvimento da mecanização e da sua divisão, perdeu seu caráter independente e, conseqüentemente, perdeu todo atrativo para o trabalhador. As massas trabalhadoras passaram a ser organizadas

militarmente, de forma que são simples soldados vigiados por toda uma hierarquia de superiores. Marx também diz que:

[...] o tempo é o terreno do desenvolvimento humano. Um homem que não possa dispor de nenhum tempo livre, cuja vida inteira, à exceção das simples interrupções físicas do sono, das refeições é monopolizado pelo seu trabalho para o capitalista, é menos do que um besta de carga. É uma simples máquina para produzir riquezas para outrem, ele está fisicamente quebrado, espiritualmente embrutecido. E, contudo, toda história da indústria moderna mostra que o capital, se não lhe pusermos freio, procura, sem consideração nem piedade, levar toda classe operária a este nível extremo de degradação. (MARX, 1990, p.189)

As ideologias capitalistas estão de tal forma impregnadas na sociedade que até as tentativas de reação para criação de uma produção autônoma estão infectadas; ou são frustradas, ou elas se adaptam aos interesses do capital, existindo e produzindo em função do individualismo, da competição e do lucro.

2.3 AS COOPERATIVAS

As próprias cooperativas que existem a partir de ideologias de coletividade enfrentam o dilema: que tipo de produção deve ser colocada em prática? Nesse caso, interessa-nos as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária).

Ao voltar o olhar na direção do desenvolvimento do trabalho cooperativo em uma CPA do MST, não se pode, portanto ignorar seu caráter contraditório, próprio de sua natureza. As organizações cooperativas podem, dependendo das formas e dos fins para os quais se organizam carregar potencialidades emancipatórias e educativas, mas, igualmente, podem se isoladas, desconectadas de um projeto político e, dependendo das formas e dos fins para os quais se organizam legitimar e reproduzir relações capitalistas de produção, comercialização e acumulação. (BONAMIGO, 2002, p. 72)

O MST sempre buscou a transformação da sociedade para nela se estabelecerem valores mais humanos e humanizadores. A cooperação dentro do MST é vista como um processo educativo porque desenvolve, fortalece e forma valores e novas práticas sociais mais comprometidas com a preservação da terra e com as transformações sociais.

Para o MST, é importante encarar a cooperação como um processo. O desenvolvimento de formas de cooperação é um processo gradual; é algo que vai se construindo com as próprias experiências dos assentados e demais experiências do movimento. A cooperação no interior do MST foi e está sendo construída ao longo da história. (BONAMIGO, 2002, p. 75)

A prática produtiva através do trabalho coletivo nas organizações do MST educativa. Pessoas que antes não viam perspectivas se sentem valorizadas e se identificam com a essa prática. Há necessidade de se dar um direcionamento correto a essas pessoas ou elas simplesmente continuarão a reproduzir os comportamentos que estavam acostumadas a vivenciar em suas antigas realidades. Assim, somente mudaria a aparência, mas continuariam a se disseminar os valores do capitalismo.

As relações sociais de produção que se estabelecem entre os assentados na prática cooperativa do MST respondem por duas demandas. A primeira diz respeito às necessidades imediatas de viabilização da produção, aos benefícios econômicos. Os benefícios econômicos da cooperação, da divisão social do trabalho, manifestam-se no aumento da produção, na diminuição dos custos e no aumento da produtividade do trabalho. A cooperação não se limita, entretanto, a esses benefícios.

A segunda responde pela dimensão política. As experiências de realização de atividades conjuntas, não apenas produtivas, respondem às demandas políticas ao se tornarem uma forma de os pequenos agricultores enfrentarem as políticas do governo e dos latifundiários contrárias aos seus interesses. A cooperação no interior do MST, combinada às demandas econômicas e políticas, responde também a uma demanda estratégica ao se vincular a um projeto de sociedade. (BONAMIGO, 2002, p. 74)

O trabalhador vive a maior parte de sua vida no processo de produção, que a partir de um tempo, passa a constituir seu processo vital ativo. Mas:

[...] não existe nada daquilo que permitiria ao trabalhador viver como um homem... pois isso constituiria, aos olhos dos capitalistas, um esbanjamento irracional e vão. Com toda a sua sovínice, a produção capitalista é de um modo geral, extremamente pródiga em material humano... (MARX, 1983, p. 190)

A partir de certo período, o homem passará a agir mecanicamente em todas as ações. A degradação humana pode atingir o homem de tal forma que ele não assumirá mais natureza social nem animal. Isso por que:

O economista político (e o capitalista)... reduz as necessidades do operário aos cuidados mais indispensáveis para a conservação de sua vida física e a sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, ao dizer que o homem não tem necessidade de agir, nem de gozar, porque também chama esse tipo de vida de existência humana. (MARX, 1983, p. 192)

O homem atual nada possui, não por ser dono de nada, e, sim, por ser alheio produção e, por conseguinte, estar separado totalmente do mundo dos objetos por e produzidos. O sistema capitalista visa a transformar o homem em andróides, afastando-os cada vez mais do homem natural e mais ainda do homem social:

[...] as frases burguesas a cerca da família e da educação, acerca dos elos de afeição entre pais e filhos, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria cada vez mais destrói, nos proletários, todos os elos familiares, e que as crianças são transformadas em meros artigos de comércio e em instrumentos de trabalho. (MARX, 1983, p. 193)

Marx vê a economia política como a mais moralista das ciências:

[...] o seu principal dogma é a renúncia, o abandono da vida e de todas as necessidades humanas. Quanto menos comeres e beberes, quanto menos livros comprares, quanto menos fores ao teatro, ao baile, ao café, quanto menos pensares, amares, conceberes teorias, cantares, desenhares e pescares, mais economizas, mais importante se torna essa fortuna que possuis, e que nem a traça, nem a ferrugem são capazes de devorar o teu capital. Quanto menos existires, quanto menos manifestares a tua vida, mais possuirás, maior se tornará a tua vida renunciada, em maior quantidade acumularás a tua essência alienada. Toda esta fração de vida que o economista político rouba, ele reembolsará pelo dinheiro e pela riqueza, e tudo aquilo que tu não podes fazer, pode o teu dinheiro fazê-lo, ele pode comer, beber, ir ao baile e ao teatro, a erudição, as realidades históricas, o poder político, resumindo, pode comprar tudo, é um verdadeiro poder. (MARX, 1983, p.193-194)

Segundo Marx, estamos em uma época em que tudo pode ser comprado ou cado: virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc., em tudo entra o comércio. do entra no mercado para ser apreciado pelo seu justo valor. Marx analisa a ação do dinheiro dizendo que: “o patrão de todas as coisas não é o homem, e sim leus-dinheiro, verdadeira e única divindade cultuada pelo mundo burguês”,

[...] quão grande é meu poder... Sou um homem mau, desonesto, sem escrúpulos, estúpido; mas o dinheiro é honrado e por, conseguinte também seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo; logo, seu possuidor é bom. O dinheiro, além de tudo me livra do trabalho de ser desonesto: assim se presume que eu seja honesto. Sou um estúpido, mas o dinheiro é a verdadeira inteligência de todas as coisas; e como poderia ser estúpido quem o possui? Este, além de tudo sempre poderá comprar as pessoas inteligentes; aquele que tem poder sobre as pessoas inteligentes não é mais inteligente que as pessoas inteligentes? Eu, que tenho, com o

dinheiro, a possibilidade de conseguir tudo aquilo que o coração humano aspira, acaso não possuo todas as faculdades humanas? (MARX, 1972, p.23)

A teoria marxista também diz que o capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o trabalhador sem o capitalista, e, por esse motivo, o capitalista pode pagar o salário que quiser para o trabalhador: “a mais baixa e única necessária tabela de salários é aquela que provém da subsistência do trabalhador durante o trabalho e há um suplemento adequado para criar a família a fim de que a raça dos trabalhadores não se extinga.” (Marx, Manuscritos Econômicos Filosóficos, 1983, p.101)

Acrescenta-se, ainda, que o homem é comparado à mercadoria: quanto maior a oferta no mercado, menos ele vale. Percebe-se dentro da sociedade que as dificuldades não atingem somente o meio físico: “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência: deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar sua atividade.” (Marx, p.103)

E, se os assalariados quiserem melhorar as suas condições, precisam sacrificar ainda mais sua liberdade. “Quanto mais querem ganhar mais tem de sacrificar o tempo e realizar um trabalho de escravo em que sua liberdade se encontra totalmente alienada ao serviço da avareza. E assim encurtam suas vidas”. (Marx, p.104)

Fala-se tanto em liberdade, mas para a economia política a idéia tem um sentido diferente do geral: “senhores, não se deixem intimidar pelo substantivo abstrato liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um simples indivíduo. É a liberdade que o capital tem para esmagar o trabalhador.” (Textos Filosóficos de Marx, 1990, p.195)

Porém, a alienação da economia política não atinge somente o trabalhador. Para o capitalista, “o consumidor não é mais livre que o produtor. A sua opinião assenta nos meios e nas suas necessidades. São ambos determinados pela sua situação social, qual depende ela própria, da organização social de seu todo.” (Marx, p.195)

Para aumentar a degradação dos trabalhadores, é ainda maior o seu medo de ser afastado de seu meio de subsistência. Percebe-se que:

[...] digo ao modo, a divisão do trabalho torna-a cada vez mais unilateral e dependente, e introduz não só a concorrência de outros homens, mas também das máquinas. Visto que o trabalhador foi reduzido, a máquina pode com ele competir. (MARX, 1983, p.106)

A partir de certo ponto, a sociedade capitalista acaba saturada. Conseqüentemente:

[...] num país que atinge o último grau possível de riqueza serão provavelmente muito baixos os salários de trabalhos e os lucros do capital. A competição pelo emprego será forçosamente tão grande que reduz os salários de trabalho ao que dificilmente chega para manter o número de trabalhadores, porque o país se encontra inteiramente povoado, semelhante número nunca poderia ser aumentado. O excesso teria de morrer. (MARX, 1983, p.106)

Marx deixa claro que o sistema capitalista não tem por objetivo auxiliar a sobrevivência do trabalhador, e sim lhe dar o mínimo necessário para que ele exista como trabalhador, não como homem, gerando uma classe escravizada e não a humanidade. A humanidade é vendida para o capital.

Além disso, deve-se ter em mente a questão do lucro, pois:

[...] na teoria, a renda e o lucro são descontos que os salários têm de suportar. Na realidade, porém, os salários constituem um desconto que a terra e o capital permitem ao trabalhador uma concessão feita pelo produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho. (MARX, 1983, p.109)

O capitalismo não tem interesse pelas necessidades particulares do trabalhador. O proletário só existe para a economia política quando se encontra em atividade como trabalhador assalariado.

[...] é de todo evidente da que a economia política considera o proletário, isto é, aquele que vive, sem o capital ou renda, apenas do trabalho unilateral, abstrato, como simples trabalhador. Conseqüentemente, pode propor a tese de que ele, tal como um cavalo deve receber tanto quanto precisa para ser capaz de trabalhar. A economia política não se ocupa dele no seu tempo livre como homem, mas deixa este aspecto para o direito penal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o funcionário do hospício. (MARX, 1983, p.109)

Marx enfatiza que a situação tem que mudar para que a humanidade volte a progredir:

Uma nação que procura desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava do seu corpo. Acima de tudo, precisa de tempo livre para criar e fluir da cultura. (MARX, 1983 p.112).

Marx apresenta alguns dados referentes à exploração do trabalho. Esses dados mostram que entre 1800 e 1850 a média diária de trabalho realizado pelos proletários era entre doze e dezesseis horas: grande parte dos trabalhadores eram mulheres, por serem mais baratas e mais dóceis (obedientes); outro dado revoltante refere-se ao emprego de crianças: em 1835 existiam nas fábricas inglesas 20.558 crianças entre oito e doze anos de idade, 35.867 entre 13 e 18 anos.

[...] esta ordem econômica condena os homens a tais ocupações objetivas, a tal degradação desolada e amarga que, em comparação, o estado selvagem surge como uma condição real. A prostituição da classe não possuiu sob todos os aspectos. (MARX, 1983, p.114-115)

Em 1845, existiam em Paris entre 60 mil e 70 mil prostitutas. A média de vida para as pessoas que entravam nesta carreira era de seis ou sete anos, sendo que para manter o número, cerca de uma mulher por hora entrava nessa atividade. Para piorar a situação, começou a ocorrer um desenfreado crescimento populacional, aumentando também o número de pobres e miseráveis.

O trabalho, para que tenha valor, deve estar sempre em circulação.

[...] o trabalhador, em relação, não se encontra de modo nenhum na situação de vendedor livre... O valor do trabalho fica completamente destruído se não for vendido a todo instante. O trabalho é a vida, e se a vida não for todos os dias permutada por alimento depressa sofre danos e morre. O sistema econômico atual reduz ao mesmo tempo o espaço e a remuneração do trabalho, aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem. (MARX, 1983, p. 116)

O operário se distingue dos escravos e dos servos por receber um salário a partir de um contrato "livremente" aceito entre as partes.

[...] no entanto, na famosa obra "o capital", Marx explica que essa relação de contrato livre é mera aparência e que, na verdade, o desenvolvimento do capitalismo supõe a exploração do trabalho do operário. Isso porque o capitalista contrata o operário para trabalhar durante certo período de horas a fim de alcançar uma determinada produção. Mas, ocorre que o tempo, acaba produzindo mais do que quando foi calculado inicialmente. A parte do trabalho excedente não é pago ao operário. Chama-se *mais-valia*, ao valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho e que é apropriado pelo capitalista. (ARRANHA, 1986, p. 276)

Segundo Marx, a alienação no trabalho ocorre em dois âmbitos: a primeira forma de alienação ocorre quando o trabalhador vende a sua força de trabalho. "A segunda forma de alienação é uma consequência direta da primeira. Quando o trabalhador vende a sua força de trabalho e se converte em mercadoria, junto com ele está abdicando do fruto que seu trabalho produz." (EIDT, 1999, p.117) Ou seja, para realizar o trabalho, o trabalhador dá um pouco de si para o produto ao qual não tem direito. "A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil." (Marx, 1983, p. 118)

Em síntese, analisa-se o sistema capitalista da seguinte forma:

[...] a propriedade privada é, portanto o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação exterior do trabalho com a natureza e consigo mesma. A propriedade privada resulta, portanto por análise a partir do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho alienado, de homem alienado. (MARCUSE, 1969, p. 160-161)

Numa visão geral a respeito da economia de mercado, conclui-se que:

[...] no modo burguês de produção, entretanto, a sociabilidade do homem é negada; homem como ser social é negado. E isso, acontece pôr várias razões. A primeira delas é o fato de que a natureza, enquanto base de toda produção é fundamento da vida social do homem que é apropriada individualmente por alguns homens. A segunda razão é o fato do produto do trabalho ser apropriado pelo dono dos meios de produção. A terceira está no fato do trabalho já não produzir, devido às condições em que se realiza a vida e as necessidades do homem social, mas sim a miséria e a alienação em escala sempre maiores. Por fim, a sociabilidade está negada também no fato do homem ter sido convertido em mercadoria e, portanto, de ser obrigado a enfrentar os outros homens como inimigos que representam um perigo para a sua sobrevivência individual, uma vez que o sucesso profissional de uns significa o insucesso de outros. No capitalismo é impossível o triunfo de todos os homens, da mesma forma que é impossível a afirmação no mercado, como necessidade de consumo de todas as mercadorias. (EIDT, 1999, p. 124)

Até esse ponto das análises de Marx a respeito do atual sistema econômico, o proletário não é visto a partir de uma imagem revolucionária e livre:

[...] até então Marx vê o proletário em virtude do caráter universal humano de seu sofrimento. Mas o proletário, objetiva e originalmente, e antes de desenvolver uma atitude revolucionária, é, como percebera Marx nos Manuscritos de 1844, um ser ativo que produz objetos e, como tal, contrai certas relações com outros homens no âmbito das quais seu trabalho não deixa de ter consequência vitais para a sua existência. Até então o proletário se apresentara a Marx como a negação da essência humana, e não como agente da produção. Marx, via nessa negação a necessidade e a possibilidade de sua emancipação. Mas é justamente a necessidade de

fundamentar com mais firmeza essa emancipação, assim como as condições da práxis revolucionária correspondente, que o leva a analisar as condições do proletário enquanto operário, pois a existência do proletariado se define, acima de tudo, como existência no trabalho, na produção, que é o lugar de seu sofrimento humano. (VÁZQUEZ, 1977, p.132)

Mas, o que faz com que o proletário se mantenha na situação alienada? Por que não reage?

[...] o que faz com que os homens não percebam a reedificação e não reajam prontamente a exploração e a ideologia. À medida que o modo de produção vai sendo superado, a classe dominante procura retardar a transformação mantendo o modo de produção caduco com suas super estruturas, disfarçando as contradições, dissimulando as aparências e apresentando soluções reformistas, impedindo assim, que as classes oprimidas formem sua própria consciência de classe. (ARRANHA, 1986, p.277)

Para que seja superado o sistema capitalista e a propriedade privada, Marx apresenta uma suposta solução, que é um processo: a classe operária, organizando-se num partido revolucionário, deverá destruir o Estado Burguês e organizar um novo Estado capaz de suprimir a propriedade privada dos meios de produção. É a nesse novo Estado que se dá o nome de ditadura do proletariado, uma vez que, segundo Marx, o fortalecimento contínuo da classe será indispensável enquanto a burguesia não for liquidada como classe no mundo inteiro.

Essa primeira fase, chamada socialismo supõe a existência de um aparelho estatal, uma burocracia, um aparelho repressivo e um aparelho jurídico. Nela persiste a luta contra a antiga classe dominante, a fim de se evitar a contra revolução. O princípio do socialismo é: "Dê cada um, segundo sua capacidade, a cada um, segundo suas necessidades." O comunismo de definirá pela supressão da luta de classes e, conseqüentemente, pelo desaparecimento do Estado. Nessa "anarquia feliz" haveria um desenvolvimento prodigioso das forças produtivas. O que levaria a uma "era de abundância", à supressão da divisão do trabalho em tarefas subordinadas (materiais) e tarefas superiores (intelectuais), à ausência de contraste entre cidade e campo, e, entre indústria e agricultura. (ARRANHA, 1986, p. 278)

Com o comunismo, o processo histórico mudaria de rumo: não haveria mais luta entre classe dominante e dominada, e, sim, entre o progresso e as forças conservadoras.

O comunismo é o progresso do homem, que poderá voltar a produzir o seu meio e a si mesmo, progredindo junto com a humanidade:

[...] o comunismo como superação positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e por isto como a apropriação efetivamente real da essência humana pelo e para o homem: por isto como retorno completo, que veio a ser conscientemente e dentro de toda riqueza do desenvolvimento até aqui, do homem para si como homem social, isto é, humano. (MARCUSE, 1969, p. 169)

Conclui-se que Marx visa mostrar o caminho para a libertação do homem alienado e torná-lo autêntico, ou seja, o criador de si mesmo, aquele capaz de progredir a partir do trabalho oriundo de suas necessidades. O homem isolado é uma abstração, ele nunca conseguira progredir sozinho. Marx busca compreensão de “ser social” para que o homem evolua como um todo, pois é transformando o mundo que o homem o humaniza e se humaniza.

2.4 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO

Essa necessidade de organizar-se socialmente para melhor produzir e lutar e, conseqüentemente, buscar viver com dignidade, tem papel fundamental na educação do homem social e subjetivamente. É com esse objetivo que o MST busca enfatizar a coletividade e a manutenção da coesão nos períodos de acampamento e também após o assentamento. Não se luta para adequar o Sem Terra às ideologias da sociedade, mas, sim, luta-se por adequar as sociedades às ideologias do Sem Terra.

Trata-se de discutir esses espaços singulares de sociabilidade criados por sujeitos sociais – que são, em muitos casos “excluídos” históricos do modelo de acumulação do capital – para perceber as transgressões, questionamentos e reflexões que proporcionam. Trata-se, enfim, de analisar e perceber como esses espaços abrigam em seu interior, a partir da experiência do trabalho cooperativo, processos de formação humana. (BONAMIGO, 2002, p. 117)

A cooperação é educativa não só pela questão do trabalho e da produção coletiva. Ao participar em um coletivo, ampliamos nossa visão de mundo e aprendemos a respeitar o diferente, aprendendo novas possibilidades de vivência e convivência.

Há um processo de formação humana desencadeado em cada homem e em cada mulher desta cooperativa desde o primeiro momento em que

cada um, no âmago de sua individualidade, decidiu romper com os limites impostos pela cultura e tradições dominantes. (BONAMIGO, 2002, p. 171)

O trabalho produz vivências e conhecimentos que originarão novas práticas e, consequentemente, uma nova realidade. O trabalho coletivo gera a superação do ser humano e de seus limites, educando para uma nova realidade social que, através da busca conjunta, tem muito maior possibilidade de efetivação. Há a necessidade de se criar a consciência de que ninguém evolui sozinho e de que evolução não é o desenvolvimento do capital, e, sim, o desenvolvimento humano.

3. O PROCESSO EDUCATIVO NO MST

O MST, percebendo que a conquista da terra era apenas o início da luta e que haveria um permanente e interrupto processo de novos objetivos a se alcançar, passou a desenvolver metas mais abrangentes. A nova noção de sua função social abrangia os mais diversos níveis da organização interna dos acampamentos e assentamentos e até da sociedade em geral, criando a proposta de uma sociedade baseada em valores socialistas. Os setores a serem abrangidos pela proposta do MST incluem a constante busca por melhor saúde, assistência social, autonomia na produção, combate aos valores capitalistas, preservação ambiental, educação, etc.

A educação passou a ter papel fundamental na busca pela sociedade almejada pelo MST. No início, educação era vista como restrita ao ambiente escolar e somente em nível básico. Porém, percebeu-se que era insuficiente essa educação e que ela deveria estar presente em todas as dimensões da organização dos Sem Terra, pois a formação de uma nova sociedade depende principalmente da mudança de mentalidade referente ao tipo de realidade que se quer. A educação passou, assim, a ser determinada como o processo de formação humana em todas as suas dimensões e níveis.

Os assentados não precisam somente saber produzir. Eles precisam saber produzir com qualidade e sem denegrir o meio ambiente. Precisam saber sobre tecnologia e política, sobre relações de gênero e conflitos mundiais, sobre afetividade e sexualidade, sobre o agronegócio e a agricultura familiar. Enfim, não é por que eles estão em uma realidade, que não necessitem entender as outras. O conhecimento e o fortalecimento da consciência crítica dos sem terra impedirá que eles se tornem somente mais uma peça produtiva nas mãos do capitalismo.

Os sem terra, através da organização do MST, passaram a lutar por educação e profissionalização a nível superior e que estivesse de acordo com seus interesses. Conquistaram-se vagas em universidades para os movimentos sociais nas mais variadas áreas formativas. Conseguiu-se a formação de assistência técnica voltada à agroecologia, cursos superiores em história, geografia, pedagogia, etc. Em sua maioria, esses cursos estão voltados à área da educação escolar por reconhecer-se a importância de se estar trabalhando com jovens e crianças desde

cedo para que se tornarem prosseguidores e disseminadores de uma nova forma de ver, pensar e viver em sociedade.

Assumir uma concepção ampliada de educação (escolar ou não), antes de mais nada, é romper com as concepções e práticas educativas reduzidas e limitadas às exigências de um "mercado seletivo"; é distanciar-se e contrapor-se às limitações impostas pelo modelo dominante, o qual não poupa esforços para separar a compreensão da educação da compreensão do mundo produtivo. Nesse sentido, é preciso reatar as relações entre trabalho e educação. (BONAMIGO, 2002, p. 48)

A organização dos Sem Terra no setor de educação traz imbuída em si uma intencionalidade mais abrangente do que simplesmente formar indivíduos. A intencionalidade da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afirma que:

A reflexão aponta como o movimento pedagógico que forma os Sem Terra não cabe na escola, mas a inclui como uma dimensão cada vez mais importante, exigindo dela que volte a olhar-se como lugar de formação de sujeitos humanos, em um processo educativo que fica mais rico quando se sabe que nem começa nem termina nele mesmo. (CALDART, 2004, p. 19)

A educação é somente um meio de se chegar à transformação social. Ela sozinha não vai realizar as mudanças almejadas. Ela irá gestar os sujeitos que realizarão as mudanças necessárias a sociedade. A educação não começa nem termina nos sujeitos, porque ela trará consequências a toda sociedade. Como a educação nunca é neutra, ela pode ajudar trazendo transformações ou prejudicar a sociedade, perpetuando um sistema que eleva cada vez mais a mercadoria e rebaixa cada vez mais o ser humano.

A escolha do modelo de sociedade proposto pelo MST exige uma madura consciência de ligação e valorização da terra e a capacidade de resistência contra a ideologia vigente. Essa consciência é que determinará até qual será a terminologia (trabalhador rural ou camponês) a ser utilizada para denominar esse sujeito. Para o assentado, a volta para a terra e seus valores também significa a retomada da busca de vida coletiva e saudável. Busca-se produzir para viver e não somente para lucrar. Aí é que se encontra a diferenciação entre trabalhador rural e o camponês. Mas é necessário se perceber que a realidade e os camponeses também sofrem transformações, e isso ocorre mais fortemente com os Sem Terra.

Primeiro, porque entre os sem-terra há trabalhadores rurais de uma ou até duas gerações que não chegaram a ter essa relação mais tipicamente camponesa com a terra e a produção; segundo, porque mesmo para aqueles sem terra que já foram camponeses a relação não é a mesma. (CALDART, 2004, p. 32)

A inserção de trabalhadores rurais e camponeses no MST lhes dá uma nova dimensão, uma nova noção de realidade e da necessidade de se estar buscando transformações sociais. Eles não são mais somente aqueles que buscam a terra. Suas identidades são transformadas e eles buscam também a transformação social e a mudança no modo de vinculação do homem com a terra.

Dentro do sistema capitalista, a vinculação do homem com a terra é somente de exploração. Dentro da identidade Sem Terra, há um vínculo com a consciência de interdependência do homem com a natureza. Percebe-se a necessidade de se produzir agroecologicamente para que ocorra a preservação de todas as formas de vida e para que a terra continue a gerar alimentos com qualidade também no futuro.

A identidade Sem Terra é uma identidade global que abrange múltiplas outras com as mais diversas formas de ser, mas com um objetivo em comum: ter a terra e os valores ligados a ela como princípio para uma melhoria social generalizada. Alguns valores são superados para que outros, que atendem aos interesses sociais mais generalizados, sejam elevados.

3.1 O MST E OS VALORES CAMPONESES

Afirma-se que ao interagir e transformar a natureza o ser humano produz cultura, e o MST, junto aos valores camponeses, busca uma cultura humanizadora. E, para que se dê a construção dessa cultura e sua disseminação, é necessária a criação de um sistema educacional que prime pelos valores camponeses.

Mas, constantemente, existem tentativas para desacreditar o MST e todos seus projetos. "Frequentemente são 'plantadas' notícias na mídia sobre supostas divergências entre líderes, desvios de conduta, vínculos com formas de luta não apoiadas pela sociedade." (CALDART, 2004, p. 51)

Porém, a prática social do MST fala por si. Seus resultados acabam se tornando referências que desmentem os falsos boatos. "O MST certamente não surgiu com o objetivo de tornar-se uma referência cultural. Essa referência está sendo construída como resultado dos próprios embates políticos e do contexto

histórico em que se realizam.” (CALDART, 2004, p. 52) As tentativas de difamação contra o MST são oriundas do medo que as elites têm da organização popular. Tenta-se colocar a opinião pública contra o MST, acreditando-se que ele é mantido pelo *status* e pela credibilidade da população. Mas o que mantêm o MST não são as imagens que se faz dele, e, sim, as práticas que ficam e as pessoas que se constituem como resultado vivo e ambulante da organização e da luta popular.

Os ricos temem mais nossas virtudes que nossa força orgânica. Pois estas movem consciências e corações para plantar utopias no cenário social. Nada pode ser mais perigoso do que algo que se move por conta própria, pois foge do controle e da repressão dos poderosos. A força do exemplo se torna não somente admiração, mas referência. (CALDART, 2004, p. 56-57)

O MST se tornou referência e passou a estabelecer noções de valores aos seus militantes. Nada é imposto. Todo o processo de luta e organização são formadores.

E valores até podem ser assumidos a partir da pressão de determinadas circunstâncias, mas somente se perpetuam ou se transformam a partir de escolhas conscientes, que implicam em reflexão, de razão e de sentimentos, sobre a prática, sobre a vida, sobre a história. Estamos, pois, no campo da formação humana. (CALDART, 2004, p. 58)

Para o capitalismo os sujeitos são valorizados pela sua capacidade de produzir riquezas. Se os sujeitos não se adequarem às regras do mercado, eles simplesmente são descartados. É como se os sujeitos não existissem fora dos âmbitos produtivos. Como se não tivessem toda uma vivência social, cultural e afetiva fora das relações de trabalho. Mas o ser humano é multidimensional e está em constante busca para entender conscientemente qual é sua posição diante do mundo.

A economia e a política não explicam tudo na história, ainda que condicionem fortemente todo o seu desenrolar. A experiência humana não se esgota na vivência de relações produtivas ou na vivência de classe. Ou melhor, essas próprias vivências se traduzem em outras dimensões que acabam influenciando na forma como as pessoas decidem sobre o que fazer diante de sua situação social. Daí a importância de fazer a leitura dos acontecimentos históricos e do processo de formação de seus sujeitos também observando os elementos culturais que nele interferem e através dele se produzem, o que por sua vez não seria possível sem considerar na História a experiência coletiva e pessoal, de homens e mulheres concretos, agindo e interagindo em determinado tempo e lugar. (CALDART, 2004, p. 71)

A multidimensionalidade do ser humano faz com que ele busque estar se satisfazendo, se realizando mais variados âmbitos. Se ele buscar desenvolver só uma de suas dimensões, certamente ficará carente em outras. A educação escolar é só mais uma parte do processo educativo do ser humano. O complemento para sua formação ele encontra na vivência coletiva, nas relações com a sociedade, com o trabalho, com a política, com a cultura, etc.

3.2 ESCOLA E FORMAÇÃO HUMANA

Ainda hoje há uma grande dificuldade em se desvincular a idéia de educação da imagem da escola. Mas o MST tem uma visão mais abrangente:

Existe uma determinada tradição na pedagogia que nos permite olhar para o processo de formação dos sem-terra como um processo educativo, e mais, que nos convida a pensar na escola como um dos momentos desse processo. Isso quer dizer que, inserida nesta abordagem, não considero que estarei entrando no âmbito da discussão pedagógica somente quando começar a tratar da educação escolar entre os sem-terra. Se assim fosse, a análise dos processos educativos que se desenvolvem nessas escolas certamente ficaria mais empobrecida, incorreta até. (CALDART, 2004, p. 79)

Assim, toda vez que se falar em práticas sociais, em trabalho, em cultura, etc., também se pode estar falando de educação. E é por este motivo que a educação não pode ser concebida de forma desligada da realidade. A escola é a continuação da realidade e não um lugar de fuga dela. A realidade deve ser o ponto de partida e o ponto de chegada da educação. O senso comum e os conhecimentos diários devem ser os pontos de partida os quais, através do estudo, análise e compreensão, se transformarão em conhecimentos científicos que voltarão para a sociedade sob a forma de novas práticas, transformando a realidade.

Mas não é assim que se apresenta a educação hoje,

[...] hoje temos um predomínio da pedagogia centrada ou exclusivamente preocupada com a escola, é exatamente porque nem sempre situamos as nossas pesquisas ou reflexões sobre o sentido educativo das práticas sociais no âmbito da teoria pedagógica, ou seja, buscando responder às perguntas sempre presentes mas nem sempre explicitadas: Como nos formamos como humanos? Como educar as pessoas para que cresçam na sua condição humana? Essas devem ser as perguntas que juntem todos os que trabalhamos com educação, seja fora ou dentro da escola. (CALDART, 2004, p. 82)

Cada vez é maior a responsabilidade que se joga sobre a escola, acreditando-se que nela estará a solução para os problemas sociais, sem que, no entanto, se melhorem as condições para que essa educação escolar ocorra com qualidade e com a participação do resto da sociedade. O modelo educacional seguido até hoje tem sua origem na Idade Média. Esse modelo via a criança em período escolar como um adulto em miniatura e que deveria ser tratado como tal. Ainda hoje se faz a educação da mesma forma: as crianças que geralmente tinham uma vivência espontânea, livre, se vêem repentinamente obrigadas a ficarem paradas, “comportadas”, falando e agindo o mínimo possível dentro da sala de aula.

Apesar de terem se passados muitos séculos, a educação continua a reproduzir comportamentos que são castradores. Os termos utilizados expressam um pouco o modo como se vê a educação ainda hoje, como se o educando fosse uma “tabula rasa” que precisasse ser preenchida por um ser iluminado (o professor), como se ele chegasse totalmente vazio à escola, como se a vivência diária não produzisse aprendizados nos educandos; a palavra escola merece uma análise por também ter sua origem no latim e significar ‘pelotão de soldados’, como se as crianças fossem soldados que precisassem ser adestrados para seguir de forma dócil o modelo de sociedade imposto pelo sistema.

O modelo buscado hoje deveria dar o máximo de autonomia, com responsabilidade para que os educandos vissem possibilidades deles mesmos estarem gerando uma nova realidade social e transformando o próprio processo educativo. Se a palavra educar significa ‘tirar de dentro’, então deveria trabalhar na perspectiva de que a educação deve trazer à tona todas as capacidades do educando, fazendo-o utilizar com o intuito de transformar a realidade.

A reflexão sobre um sentido mais universal da educação, que a concebe como um processo de formação humana, não pode nos fazer retornar a algum tipo de ideal pedagógico abstrato e essencialista, que inclusive nos ajudaria pouco na condução das nossas práticas pedagógicas concretas. Ao contrário, a reflexão trazida até aqui nos permite, e exige, pensar na educação como um processo social que acontece através das próprias relações que os constituem (CALDART, 2004, p. 84)

Roseli Caldart pontua quais as principais relações que se constituem através da educação: relação educação e produção, formação humana e cultura, relações entre educação e história.

A educação proposta pelo MST é mais abrangente do que simplesmente o espaço rural. Como já se explicitou anteriormente, ela envolve uma proposta de transformação para toda a sociedade, pois não há desenvolvimento humano se somente um dos setores sociais se desenvolver e o restante se mantiver estagnado ou carente em variados âmbitos.

[...] embora o MST tenha a sua raiz no trabalho da terra, sempre entendeu que, para lutar pela Reforma Agrária, não é preciso ser necessariamente um camponês. Por isso entra todo mundo, porque pode entrar o padre, o agrônomo, a professora, o economista, a agente de saúde, cada um participando desde sua atuação específica. (CALDART, 2004, p. 115)

Assim, a educação proposta pelo MST tem um caráter de formação humana que busca a inserção dos sujeitos sociais através da formação de consciência e da oportunidade deles poderem estar se organizando e lutando por mudanças em suas realidades imediatas. Essa inserção gera mudanças nas práticas e no modo como os sujeitos vêem o mundo, tornando assim a vivência dentro do MST uma referência para toda sociedade.

4. O PROCESSO EDUCACIONAL DENTRO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO

No município de Abelardo Luz, onde predomina o latifúndio e o agronegócio, a ideologia dominante diz que o modelo de produção a ser seguido pelos assentados é diferente do modelo buscado pelo MST. Nesse sentido, a educação convencional só vem a reforçar e perpetuar a idéia de que o importante é produzir ao máximo para lucrar ainda mais e de que se a pessoa não atender as especificações do mercado simplesmente será excluída por ele.

É comum se ver nas propriedades dos assentados de Abelardo Luz o plantio de soja transgênica, pinus e eucaliptos, o desmatamento, o uso de agrotóxicos, o escoamento de banhados, entre outras práticas que são consideradas extremamente prejudiciais ao solo e ao meio ambiente. As próprias formas de financiamentos para os agricultores e a administração municipal indiretamente incentivam essas práticas prejudiciais ao solo para manterem o *status* do município de maior produtor de soja e de milho de todo o Estado de Santa Catarina.

A educação buscada nas escolas dos assentamentos vai contra (ao menos em teoria) toda uma prática e uma ideologia que estão perpetuadas em quase todos os meios de produção agropecuários do mundo. É ir à contramão dos interesses seguidos pelo sistema produtivo vigente no mundo atualmente. É muito difícil tentar implantar um modelo de educação e de produção quando todo o restante da sociedade prega outro modelo que parece ser mais tentador.

O desafio de se fazer uma educação realmente voltada aos interesses dos assentados é muito grande. Isso porque nem sempre os assentados têm noção de suas reais necessidades, seguindo, simplesmente, os interesses do mercado. Além de se ir à contramão do sistema vigente, também a educação acaba tendo que se opor ao modelo de produção seguido pelos próprios assentados. Isso se deve muito ao fato de que esses assentados eram acostumados a produzir conforme o mercado estabelecia e, após conquistarem a terra, não tiveram a formação necessária para saber como melhor produzir e se relacionar com ela, de modo que se preservasse sua produtividade e, simultaneamente, o meio ambiente.

A Escola Básica Municipal 25 de Maio, apesar de pertencer a uma comunidade de assentamento que recebe educandos de outras treze comunidades vizinhas, nem sempre educou dentro da perspectiva histórica da realidade local dos

assentamentos e de uma pedagogia segundo as ideologias do MST. Muitos educandos, se interpelados, acabam até apresentando uma aversão ao movimento social que é e foi o principal articulador para que suas famílias conquistassem a terra.

Isso se deve principalmente ao fato de as famílias dos assentados terem se desligado do MST após a conquista da terra e as crianças e jovens terem suas principais informações obtidas sobre o Movimento através dos meios de comunicação, que geralmente são desfavoráveis a ele por pertencerem às elites dominantes do país.

Outro motivo foi a falta de vigilância, que permitiu que muitos assentados passassem a vender suas terras a pessoas que ao chegarem ao assentamento não tinham nenhuma noção do processo organizativo e da luta para se conquistar a terra. Assim, essas pessoas continuaram a produzir e a se relacionar com a terra somente de modo exploratório, sem estar conscientes das ideologias do MST, que pregam a valorização da vida e a necessidade da preservação da terra devido à interdependência entre ela e o ser humano.

Infelizmente, até hoje o MST está vinculado às relações político-partidárias. Como a maioria das administrações municipais anteriores pertenciam à oposição, conseqüentemente os assentamentos acabavam sendo prejudicados devido aos interesses políticos. Principalmente na direção dos colégios dos assentamentos, onde a oposição entre alguns partidos políticos e MST faziam com que diretores chegassem a proibir o uso de bonés, camisetas ou bandeiras do Movimento dentro da escola.

A repressão ao MST fez com que os alunos deixassem de estudar a própria história de luta pela terra de suas famílias e a negarem suas identidades de trabalhadores e trabalhadoras do campo. A situação é tal que muitos dos educandos da escola não sabem o que é o MST, suas ideologias ou o que significa a reforma agrária.

Em 2004, realizou-se a eleição para prefeito em todo o Brasil. Em Abelardo Luz elegeu-se o grupo partidário aliado ao MST. Um acordo feito entre esse grupo e o MST deu autonomia de escolha na direção das escolas municipais dos assentamentos. Assim, acreditou-se que enfim se realizaria a educação almejada para as escolas dos assentamentos e que isso influenciaria diretamente na realidade dos assentados.

Após três anos de gestão nas escolas dos assentamentos, percebe-se que ocorreram alguns avanços, mas que ainda se está muito longe de efetivar a educação almejada para os assentados. O primeiro passo para se construir a pedagogia almejada para as escolas do MST deveria ser a formação de um coletivo de educadores que se comprometessem em desenvolver essa educação diferenciada. Como a maioria dos professores da escola é contratada em caráter temporário, não há nenhum comprometimento por parte da maioria deles em buscar melhorar a qualidade da educação ou em buscar entender a realidade na qual os educandos estão inseridos.

De um total de aproximadamente vinte educadores que atuam na E.B.M. 25 de Maio, somente sete são efetivos, sendo que três deles chegaram à escola em 2007. Como o restante dos educadores sabe que não há nenhuma garantia de sua permanência na escola nos anos seguintes, eles não se interessam em se comprometer com qualquer proposta educacional. E mais. Muitos desses educadores são contrários ao MST e repudiam as suas propostas pedagógicas sem ao menos analisá-las para ver se seriam convenientes com as necessidades educacionais da escola.

Outro ponto de interesse fundamental para se efetivar a educação almejada para a E.B.M. 25 de Maio inclui a comunidade escolar em sua totalidade como um dos principais agentes responsáveis pelo processo educacional. Sabe-se que a educação deve ser utilizada na transformação da realidade, e se a comunidade se interessa em melhorar sua qualidade de vida, ela deve fiscalizar e participar ativamente na elaboração e aplicação das propostas educacionais vivenciadas pela escola. Porém, não é essa a realidade percebida na E.B.M. 25 de Maio. Espera-se cada vez mais da escola, mas sem que ninguém assuma o compromisso de estar participando. A missão da escola é muito maior do que “tirar piolho de alunos”. Como se cobra cada vez mais responsabilidades da escola acaba-se caindo na rotina, na correria diária de burocracias e de busca de soluções para “alunos problemas”. Assim, não se tira tempo para avaliações e planejamentos e a escola funciona sem que se estabeleçam metas em longo prazo, vivendo-se em função de somente preencher os duzentos dias letivos.

4.1 O PPP DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO

Outro ponto de essencial importância refere-se ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola. O PPP da Escola Básica Municipal 25 de Maio não foi resultado de uma construção coletiva e não é reelaborado periodicamente nem avaliado ou estudado pelos educadores. O PPP é a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, suas especificidades, níveis e modalidades. O PPP deve ser uma construção coletiva e pressupõe reflexão e discussão crítica da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de transformação da realidade educacional, econômica, social, política, etc. É compromisso coletivo com a qualidade de aprendizagem de todos os alunos.

A história demonstra que a lógica educacional sempre esteve a serviço de algumas ideologias dominantes. O currículo sempre serviu para repassar semi-culturas, trabalhando o ser humano como futura mão-de-obra e gerador de capital. Essa lógica que organiza a escola hoje se direciona no âmbito da aprovação e reprovação. É uma educação seletiva, que dá as oportunidades somente a quem se sobressai, excluindo os que não conseguem se adaptar aos interesses do mercado, gerando uma consciência individualista.

O PPP, como já se afirmou anteriormente, deve ser gerador de ações transformadoras, superando privilégios econômicos e sociais, garantindo o acesso e a permanência dos educandos na escola, tendo uma educação de qualidade. E, a partir disso, construir uma concepção de sociedade democrática, justa, solidária e igualitária, gerando indivíduos críticos, participativos e responsáveis combatendo a marginalização e exclusão dos sujeitos sociais. Enfim, construir um projeto que se comprometa com os anseios e interesses das camadas populares.

O projeto é o ponto de chegada, o objetivo almejado. É político porque pressupõe a ação e compromisso com a formação dos cidadãos para um determinado tipo de sociedade. É pedagógico devido à identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano. O PPP não tem tempo de duração, devendo estar sempre em transformação, adaptando-se às necessidades dos sujeitos abrangidos pela educação.

Apesar do PPP não ter referência nas legislações formuladas até o ano de 2002, ele é um termo defendido pelos educadores críticos, pois busca a construção

coletiva da identidade da escola pública, popular, democrática e de qualidade para todos. Essa construção coletiva define uma concepção de homem, de mundo, sociedade, cultura, conhecimento, cidadania, educação, tecnologia, trabalho, escola, ensino, aprendizagem, avaliação e outros, organizando os saberes necessários à emancipação social, política, cultural e econômica das camadas populares.

Busca-se a compreensão e a superação da realidade imposta pelo capitalismo. Essa busca é oriunda da necessidade de se humanizar e democratizar os meios de produção para que se torne coletivo o acesso à qualidade de vida e se possibilite a criação de consciência social.

O PPP não é um documento elaborado para ser arquivado, mas deve ser o ponto de partida para se alcançar transformações nos educadores, na educação, nos educandos e, conseqüentemente, na sociedade. Porém, pelo que se observa, não é isso que ocorre dentro da Escola Básica Municipal 25 de Maio. Após sua elaboração, o PPP é arquivado, servindo somente como mais um documento de estudo para pessoas que se interessarem.

O PPP utilizado atualmente pela Escola Básica Municipal 25 de Maio foi elaborado no ano de 2005 e, simplesmente, está sendo reutilizado ano após ano sem ser reavaliado dentro das necessidades reais atuais da educação dos assentamentos. Muitas informações nele contidas são incompletas ou desatualizadas. Os resultados da educação devem estar voltados para toda a comunidade escolar, mas o PPP, que determinará como se dará essa aprendizagem, não foi elaborado de forma coletiva e democrática. Ele acabou se tornando somente mais um documento arquivado nos armários da escola. Nem os professores da escola o conhecem.

O documento máximo da escola que representaria os interesses dos sujeitos atingidos pela educação é desconhecido de quase todos. Mas o que causa esse desconhecimento do PPP? Tanto fatores internos como externos são responsáveis por isso. Primeiramente, a falta de tempo para se fazer reuniões, tanto entre os educadores como entre educadores e pais impede melhor entrosamento e compreensão das responsabilidades, direitos e finalidades da educação da Escola Básica Municipal 25 de Maio. Dias de formação, reuniões e planejamentos não são contados como dias letivos e, por isso, há a falta de interesse de alguns educadores em trabalhar sem estar recebendo 'nada' por isso. Se não tem aula, também não tem transporte escolar, e muitos educadores não têm nem como chegar à escola,

caso se fizesse alguma reunião ou encontro de formação. Valoriza-se em excesso a quantia de dias letivos que a escola cumpre e preocupa-se de menos com a qualidade da educação repassada.

Quando existe a necessidade de reunir os educadores da escola para algum aviso ou planejamento, utiliza-se o espaço do recreio (quinze minutos) e, nesse período de tempo, se tomam as principais decisões que determinarão o andamento da escola durante o ano. Mas nem essas reuniões rápidas são muito freqüentes, pois grande parte das decisões já vem prontas e somente são repassadas oralmente, sem muitos debates, ou são fixadas no mural para que todos leiam e saibam o que se estabeleceu de novo para a educação.

O PPP da Escola Básica Municipal 25 de Maio tem em sua escrita um texto que, ousa-se dizer, em parte impregna-se de demagogia, utilizando palavras e frases que são convenientes e bonitas, mas sem profundidade. Fala-se em 'apropriação do conhecimento', 'relação entre prática e teoria', 'gestão democrática', 'sujeitos criativos e autônomos', 'aprendizagem voltada á realidade', etc., sem, no entanto, referir-se à realidade local imediata. Não se fala de Educação do Campo nem dos assentados como resultado de um processo histórico vinculado às suas relações com a terra. Esse PPP não identifica a escola ou os sujeitos nela existentes. O único item que os liga às suas realidades camponesas, mesmo que superficialmente, refere-se ao cuidado da horta.

Não se está afirmando que o PPP da Escola Básica Municipal 25 de Maio não é importante. Muito pelo contrário. É importantíssimo que se busque a realização do que nele se propõe, mas sua elaboração não contou com a participação da comunidade escolar em sua totalidade e não se sabe se o que ali se propõe vem realmente ao encontro aos anseios dela. Seus conceitos são muito generalizados e não comprometem exatamente a uma pedagogia específica.

O PPP refere-se à função da APP (Associação de Pais e Professores) como sendo a de integrar a escola e a comunidade. O último encontro entre os membros da atual APP ocorreu em 2006, quando ela foi eleita. Sua atuação se dá de forma isolada por parte de alguns membros, como o tesoureiro, que administra as finanças da escola quando se precisa de recursos que estão em caixa ou se necessário depositar no banco recursos provenientes de rifas, campeonatos esportivos ou outros tipos de promoções.

Na parte referente às reuniões com os pais, também fica muito a desejar. Em 2007 houve uma reunião com uma palestrante, para a qual todos os pais foram convocados. Fora isso, os pais comparecem, em sua maioria, à escola, quando lhes são enviados bilhetes convidando-os para tratarem de assuntos referentes às dificuldades educacionais ou comportamentais de seus filhos ou filhas. Parece não haver clareza para muitos de que a educação não é somente responsabilidade da escola, e de que o educando fica somente quatro horas por dia na escola, sendo responsabilidade dos pais e da comunidade contribuir para que a aprendizagem não se restrinja somente a esse espaço.

Segundo o PPP, os educadores têm que “assumir uma postura de mediador e colaborador na construção do conhecimento”. Pode-se afirmar que eles estão cumprindo com seu compromisso, já que o documento não especifica exatamente que tipo de educação ou pedagogia se deve aplicar. Como se relatou anteriormente, alguns educadores da Escola Básica Municipal 25 de Maio são oriundos do meio urbano e não possuem a mínima familiaridade com a realidade dos educandos ou com a pedagogia que se propõe para as escolas do MST.

O PPP também afirma que os educadores devem “participar de processos coletivos e avaliação do próprio trabalho e da unidade escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que for necessário”; e, além disso, “participar da construção, execução e avaliação do PPP”. Como se observou anteriormente, as reuniões realizadas na escola são raras e geralmente utilizadas somente para informes sobre os encaminhamentos da escola. Não se criam espaços de avaliação coletiva da atuação pedagógica dos educadores. Nem entre eles, nem com os educandos e nem com a comunidade que deveria ajudar a avaliar e cobrar para conseguir uma educação de maior qualidade.

Entre os princípios pedagógicos estabelecidos no PPP, enfatizam-se os vínculos da escola com a sociedade, almejando-se uma maior relação entre a prática e a teoria em busca de ações transformadoras. Essas ações transformadoras, como se percebe na frase anterior, ocorrem de forma coletiva. Mesmo que a prática esteja deixando a desejar, já se percebem indícios de que se tem a consciência de que essa caminhada em busca de uma melhor educação não ocorre de forma isolada, devendo envolver todos os setores da sociedade.

O processo de implantação de uma educação que contemple os interesses e necessidades sociais ocorre de forma lenta, mas já se percebem avanços dentro da

Escola Básica Municipal 25 de Maio. Apesar de não se perceber de forma generalizada, há o germinar de uma consciência da necessidade de se lutar por uma educação popular que atenda principalmente aos interesses da população mais abandonada pelas políticas públicas. O principal empecilho percebido não se refere à falta de vontade ou desinteresse dos sujeitos da educação que atuam nas escolas dos assentamentos. O maior entrave se refere à falta de conhecimento desses sujeitos sobre um melhor modelo educacional a ser aplicado e sobre as necessidades diferenciadas que cada realidade específica necessita.

4.2 ANÁLISE DA REALIDADE DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO FEITA POR SEUS PRINCIPAIS SUJEITOS: EDUCADORES, EDUCANDOS E DIREÇÃO DA ESCOLA

Buscando uma melhor compreensão e para não ter um modo unilateral de se interpretar a Escola Básica 25 de Maio como um todo, se estabeleceram diferenciados questionários (anexo 1) a vários educandos, educadores e direção da escola. As questões se restringiram a assuntos de essencial importância para a construção coletiva de uma educação de qualidade.

Em especial, se destacaram as respostas da direção da escola. Entre elas, na primeira questão, a direção da escola afirmou que educação voltada à realidade é aquela na qual o educando é o sujeito do seu conhecimento e que seu resultado auxilia no interagir social. Mas ela reconhece que por ser uma tarefa coletiva, muitas vezes a ação pedagógica é barrada pela falta de comprometimento por parte de alguns educadores ou pela falta de noção sobre uma educação diferenciada. A escola tem como princípio a Educação do Campo, mas ainda está em processo inicial de construção, buscando se aproximar ao máximo da realidade dos educandos. Ainda se percebeu nas respostas da direção da escola uma preocupação com uma educação que leve os assentados a terem melhor qualidade de vida, produzindo de forma integrada à natureza.

Os educandos também reconhecem a importância da escola, porque nela aprendem a ler e escrever e que o que aprendem é utilizado em suas vivências diárias, mas eles não sabem especificar como isso ocorre. Eles também reconhecem a importância do MST dentro do assentamento e as conquistas obtidas

com sua ajuda, mas não dá para generalizar esse ponto de vista entre todos os educandos, pois muitos se mostram pouco receptivos a esse assunto quando inserido nas aulas.

A própria história do assentamento e da luta pela terra é ignorada por muitos educandos que, em sua maioria, só a conhecem superficialmente. Especifica-se que somente no período do aniversário da ocupação do assentamento é que se estuda sobre a história do lugar, que durante o resto do ano não é lembrada.

As principais dificuldades sentidas pelos educandos referem-se às dificuldades físicas, tanto da escola como principalmente as dificuldades de se locomoverem até a escola. Os ônibus que fazem o transporte escolar estão, em sua maioria, sucateados, as estradas geralmente estão em péssimo estado de conservação e, quando chove, muitas vezes cancelam-se as aulas, porque o transporte não consegue chegar até as casas dos educandos.

Dentre os educadores entrevistados, percebeu-se o desenvolvimento da consciência da necessidade de se estar buscando melhorar sempre mais a educação, mas nos educadores que têm suas origens dentro do próprio assentamento ou que estiveram juntos as famílias assentadas desde o início da ocupação, percebeu-se maior clareza de que tipo de educação eles almejam dentro da escola.

Com essas entrevistas, concluiu-se que a vivência dentro da realidade dos assentamentos é fundamental para que se compreenda essa realidade e se saiba melhor como aplicar uma educação que vá ao encontro das necessidades dos assentados e de seus filhos.

Dentro de um país onde ainda hoje existem mais de 20 milhões de analfabetos, percebe-se um grande desnorreamento, uma falta de clareza quanto ao papel da educação em nossa sociedade. Os problemas educacionais podem ser percebidos desde a educação infantil até a de nível superior. Para buscar soluções, torna-se necessário e urgente transformar a própria concepção de educação de quem pensa o ensino no país. Os discursos demagógicos já estão sendo ignorados e não fazem mais efeito. Já passou da hora de se mudar a prática, de se superar esse sistema seletivo e excludente. Não se formam seres humanos nas escolas, e, sim, fontes de lucro e mão-de-obra reserva para o bel-prazer do mercado capitalista.

Um professor só será educador quando deixar de ser somente um reprodutor de currículos, repassador de semi-culturas. É ingenuidade acreditar que a

oportunidade de estudar, que as vagas nas escolas são abertas a todos os que quiserem. Em um país em que a cada cem pessoas que iniciam o Ensino Fundamental somente 25 entram no Ensino Médio e aproximadamente só nove entram numa universidade, sendo que até seu final no máximo cinco deles se formarão, é difícil aceitar a idéia de que a educação está aberta a todos.

Se analisarmos a pequena porcentagem dos que se formam, perceberemos que eles, em sua maioria, são pertencentes às elites que já têm o controle político, social e econômico do país em suas mãos. Assim, percebe-se que a educação, por enquanto, está servindo para perpetuar determinada realidade do país e selecionar os mais “capazes”, excluindo quem não consegue competir à altura por não ter tido as mesmas oportunidades. Temos uma educação não democrática em nosso país, os destinatários das etapas mais avançadas do estudo são somente alguns felizardos que através do saber vão manter o poder.

Educação aberta a todos é dar oportunidades iguais e condições de acesso ao ensino de qualidade desde as séries iniciais. Na escola pública percebe-se um sucateamento do ensino, como, também, dos próprios educadores, que se vêm desorientados ou acomodados frente aos desafios de educar para transformar frente a estruturas físicas insuficientes ou ultrapassadas.

No Brasil, somente uma a cada quatro universidades é pública e a principal diferença percebida entre ambas (pública e privada), pelos professores universitários, refere-se à questão financeira. Até as terminologias que são usadas conotam o caráter financeiro quase que exclusivo do Ensino Superior sobre outros interesses da educação. Os educandos são denominados de clientela, destacando o sentido comercial do ensino. Dentro desse sistema de ensino, como é que se formarão educadores qualificados para produzirem uma educação humanizadora, se eles também são educados conforme a educação tradicional estabelece? Como quebrar essa teia que cria professores mal formados que, por conseqüência, não formarão adequadamente os educandos? Se nem o PPP que deveria ser uma das principais armas na construção de uma educação diferenciada é levado a sério? A formação dos professores, que deveria ocorrer em processo contínuo, também acaba não acontecendo. Mas, percebe-se que o erro vem de cima. Já se está passando do terceiro ano da atual administração e a secretaria de educação do município de Abelardo Luz nem elaborou o plano municipal de educação. Como se

estabelecer uma educação diferenciada se até a educação convencional está abandonada?

Hoje já não é mais possível afirmar que a escola prepara o aluno para o mercado de trabalho. Se antes já era difícil, num futuro próximo, continuando a prevalecer cada vez mais os valores individualistas e excludentes do capitalismo, as pessoas estarão sendo (des) educadas para combater os da sua própria espécie. Isso porque cada um pode ser visto como possível concorrente para assumir as escassas vagas existentes no mercado de trabalho. Ou nos educamos e nos humanizamos, ou voltamos à barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em princípio, este trabalho monográfico visava analisar a realidade local do Assentamento 25 de Maio para demonstrar suas falhas, seus pontos fracos, o porquê da dificuldade de se formar uma identidade camponesa e de se implantar a Educação do Campo em suas escolas. A pesquisa, o diálogo e a própria reflexão sobre esta realidade demonstraram que realmente, como em qualquer outro lugar, há dificuldades a serem superadas, porém, os avanços, as conquistas e a própria consciência dos sujeitos do campo sobre seus lugares na sociedade demonstraram uma riqueza social e humana muito maior do que o esperado.

A pesquisa e a análise da realidade do Assentamento 25 de Maio não foram aprofundadas suficientemente, mas percebeu-se que as pessoas que ali convivem trazem adormecidas em si o germe da luta e, se motivadas a lutarem, elas podem se tornar os protagonistas das transformações almejadas pelos movimentos sociais. O que falta é iniciativa, uma maior articulação para a organização. O sistema vigente veda a visão desses sujeitos, tentando aliená-los, tornando suas iniciativas quase que nulas e sem importância.

A proposta do próprio título deste trabalho desafia a se olhar a história e o processo organizativo do assentamento como uma das principais matrizes formadoras dos sujeitos do campo. Essa constante memória da luta pela terra não deixa os assentados esquecerem de onde vieram e porque vieram, quais objetivos os impulsionou a se organizarem e por que devem continuar a se organizar coletivamente.

Depois de observada a realidade do assentamento e da escola nele inserida, espera-se que isso sirva como ponto de partida para se superarem os desafios e problemáticas ali percebidas. Também que se passe a ter uma maior valorização dos mais variados aspectos da vivência social, pois eles também podem conter elementos fundamentais para o crescimento social e humano nos assentamentos. Dessa forma, os conflitos podem se tornar matrizes formadoras dos sujeitos do campo.

Desde o início deste trabalho foram abandonados conceitos e opiniões e formulados outros antes inimagináveis. As conclusões também foram diferentes das esperadas. Esperava-se questionar um determinado modelo educacional presente

nos assentamentos, mas acabou-se aprendendo que podemos perceber a educação e a formação humana nas atitudes mais simples da convivência entre os sujeitos do campo. Com toda certeza há problemas, sobretudo a dificuldade em se manter o espírito de organização dos assentados, a rotatividade dos professores que impede a formação de um coletivo de educadores comprometidos com a escola, a pressão ideológica exercida pelo mercado capitalista, a violência dentro do assentamento, a falta de interligação entre a comunidade e a escola, entre outros que influenciam direta ou indiretamente na (de) formação da consciência e da vivência dos assentados. Por outro lado, destacam-se inúmeros avanços: a percepção da necessidade de se buscar uma educação melhor, o melhoramento da estrutura física dos assentados, a implantação de uma educação agroecológica nas escolas, a valorização da mística e da memória da luta pela terra, a conquista de vagas em universidades para educandos provenientes dos assentamentos, enfim, vitórias que nos estimulam a buscar implantar a Educação do Campo que tenha os camponeses como seus sujeitos de partida e de chegada, dos novos conhecimentos adquiridos socialmente, transformando sua realidade.

REFERÊNCIAS

- ARRANHA, Maria Lucia de Arruda e Maria Helena Pires Martins. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1986.
- BALIBAR, Etienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BENJAMIN, César (org). **Marx e o socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola...o princípio educativo do trabalho cooperativo**. 2. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- _____. **Pedagogias que brotam da terra: Um estudo sobre práticas educativas do campo**. 2007.215f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRANCO, Maria Tereza Castelo .-Jovens Sem – Terra: Identidades em Movimento. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- EIDT, Valdir. Trabalho e alienação: **Aspectos fundamentais na antropologia Marxiana**. Chapecó: Grifos, 1999, p. 97-125.
- GUZMÁN, E.S;MOLINA, M.G- **Sobre a Evolução do Conceito de Campezinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- KOLLING, E.J;IR.NERY; MOLINA, M.C. **Por uma Educação Básica do campo**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- LANE, S.T.M; CODO, W (orgs). **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense S.A,1985.
- LENIN. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1989.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

MARX, Karl. **O Capital**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl. **Textos filosóficos**. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MARX, Karl. **Vultos do século XX: O julgamento da história**: Cesare Chiericati (org), São Paulo: Melhoramentos, 1972.

Ministério da Educação, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo: Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, Caderno de Subsídios. Brasília-DF, Fevereiro 2004.

MORISSAWA, MITSUE. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Somos Sem Terra. Pra Soletrar a Liberdade nº2. Caderno do Educando. Veranópolis-RS, 2001.

Princípios da Educação do MST: Reforma Agrária: Semeando Educação e cidadania. São Paulo-SP, 2004.

ROSENTAL, M. IUDIN, P. **Pequeno Dicionário Filosófico**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1959.

Setor de Educação do MST: Dossiê Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. Companhia das letras, São Paulo, 1997.

Setor de Formação do MST: Funcionamento das Brigadas do MST, São Paulo, 2005.

SILVA, RITA DE CASSIA CURVELO DA. As Aprendizagens Escolares Como Objeto do Desejo dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem - Terra. (UESC). Disponível em: R.C.C DA SILVA- anped.org.br.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Outros Documentos

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE
MAIO

ANEXOS

ANEXO 1: QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM EDUCADORES, EDUCANDOS E DIREÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL 25 DE MAIO

ENTREVISTA PRODUZIDA OBJETIVANDO UTILIZAÇÃO EM MONOGRAFIA PARA CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ).

Educando: Vanderlei Luiz Lombardi

Professor orientador: Carlos Antônio Bonamigo

Entrevistado (a): Diretora da Escola Básica Municipal 25 de Maio Sra Iraci Chiquelero

QUESTIONÁRIO:

1- O que você entende por se ter uma educação voltada à realidade do educando?

2- Qual é a realidade dos educandos que freqüentam a Escola Básica Municipal 25 de Maio?

3- Pode-se afirmar que a educação na E.B.M.25 de Maio está voltada à realidade dos educandos? Por quê?

4- Na prática existe alguma pedagogia específica sendo aplicada na E.B.M.25 de Maio? Qual?

5- Esta pedagogia (se houver), ou método educacional atende as necessidades pedagógicas dos educandos?

6- Há a formação de um coletivo de educadores para trabalhar e debater as necessidades pedagógicas da escola?

7- Que sujeitos pretende-se formar com o modelo de ensino seguido pela E.B.M.25 de Maio? Este sujeito almejado está sendo formado?

8- O que você entende por identidade camponesa? Essa identidade está se construindo dentro da E.B.M.25 de Maio?

9- Quais os empecilhos para a construção da identidade camponesa dentro da E.B.M.25 de Maio?

10- Qual a relação da escola com a comunidade a qual pertence e com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que é o movimento social organizador e principal articulador do assentamento desde sua origem?

11- Os educadores da E.B.M.25 de Maio tem consciência sobre que escola e que tipo de pedagogia pretende-se para os filhos e filhas dos assentados?

Assim sendo, declaro que estas informações por mim declaradas podem ser utilizadas para os devidos fins especificados no início do questionário. Sem mais nada a declarar segue-se a autorização.

ENTREVISTA PRODUZIDA OBJETIVANDO UTILIZAÇÃO EM MONOGRAFIA
PARA CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO DA UFPR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ).

Educando: Vanderlei Luiz Lombardi

Professor orientador: Carlos Antônio Bonamigo

Entrevistados (as): alunos (as) de 5ª a 8ª série da E.B.M.25 de Maio.

QUESTIONÁRIO:

- 1- No seu entendimento, qual é o objetivo da existência da escola?
- 2- O que você aprende na escola tem utilidade no seu dia-a-dia, você aplica em casa, é bom para você? De que forma?
- 3- Você vem na escola porque gosta?
- 4- O que você pensa sobre falar do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em sala de aula? Por quê?
- 5- Na escola estuda-se sobre a história do assentamento e sobre o movimento social que ajudou na sua conquista?
- 6- Quais as principais dificuldades enfrentadas na E.B.M.25 de Maio que você acredita que atrapalham na aplicação de uma educação de maior qualidade?
- 7- Os professores falam de agricultura na escola?
- 8- Qual é a relação entre os professores e alunos da E.B.M.25 de Maio? Há um bom convívio? Eles são dedicados as suas funções?
- 9- Os professores são atuantes, se relacionam com a comunidade onde está a escola?

Assim sendo, declaro que estas informações por mim declaradas podem ser utilizadas para os devidos fins especificados no início do questionário. Sem mais nada a declarar segue-se a autorização.

Assinatura do (a) entrevistado (a).

ENTREVISTA PRODUZIDA OBJETIVANDO UTILIZAÇÃO EM MONOGRAFIA
PARA CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO DA UFPR (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ).

Educando: Vanderlei Luiz Lombardi

Professor orientador: Carlos Antônio Bonamigo

Entrevistados (as): professores da E.B.M.25 de Maio.

QUESTIONÁRIO:

1-Segundo seu entendimento, quais as necessidades pedagógicas e qual é o papel da educação na realidade que os educandos da E.B.M.25 de Maio estão inseridos?

2-Sua atuação pedagógica tem alguma ligação com a vivência camponesa dos educandos? Justifique:

3-Quais as dificuldades enfrentadas pelos educadores que impedem uma melhor prática pedagógica?

4-Quais os principais desafios enfrentados pelos educadores que atuam na E.B.M.25 de Maio?

5-Quais os principais valores formados através da prática pedagógica dentro da E.B.M.25 de Maio?

6-Fale sobre a Educação do Campo?

7-O que você pensa sobre a inserção de movimentos sociais (nesse caso principalmente o MST), dentro da E.B.M.25 de Maio? Justifique:

8-Qual sua análise sobre o fato de estar trabalhando dentro de uma escola de assentamento? Haveria alguma diferença se sua prática educacional fosse em outro lugar? Qual?

Assim sendo, declaro que estas informações por mim declaradas podem ser utilizadas para os devidos fins especificados no início do questionário. Sem mais nada a declarar segue-se a autorização.

Assinatura do (a) entrevistado (a).